



Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e oito minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da senhora Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

A senhora Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 10 a 12.

Secretariou a reunião a chefe de Divisão de Administração Geral Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**

1. **Projeto da Ata n.º 01/2025 – Reunião ordinária de 08 de janeiro de 2025**
2. **Projeto da Ata n.º 02/2025 – Reunião extraordinária de 15 de janeiro de 2025**
3. **Projeto da Ata n.º 03/2025 - Reunião extraordinária de 29 de janeiro de 2025**
4. **Deliberação n.º 209/2025 - Proposta n.º 016/2025 - GAP - Relatório Anual e Contas 2024 dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
5. **Deliberação n.º 210/2025 - Proposta n.º 017/2025 - GAP - Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de obras previstas no PPI 2025-2029 dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
6. **Deliberação n.º 211/2025 – Proposta n.º 23/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Seguros, pelo período de 36 meses – Abertura**
7. **Deliberação n.º 212/2025 – Proposta n.º 37/2025 – DAF/DICONT/SECONT - Constituição do fundo de maneo “Competições Internacionais de Águas Abertas – World Aquatics e European Aquatics – Setúbal - junho de 2025”**
8. **Deliberação n.º 213/2025 – Proposta n.º 38/2025 – DAF/DICONT/SECONT – Alteração do Responsável e Substituto do fundo de maneo do Departamento de Educação e Bibliotecas – DEB**
9. **Deliberação n.º 214/2025 – Proposta n.º 40/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 1736, Fração J da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra**
10. **Deliberação n.º 215/2025 – Proposta n.º 41/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 2045, Fração R da União de Freguesias de Setúbal**
11. **Deliberação n.º 216/2025 – Proposta n.º 42/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 2782, Fração F da União de Freguesias de Setúbal**
12. **Deliberação n.º 217/2025 – Proposta n.º 43/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 5088, Fração B da União das Freguesias de Azeitão**
13. **Deliberação n.º 218/2025 – Proposta n.º 44/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 5396, Fração J da União de Freguesias de Setúbal**
14. **Deliberação n.º 219/2025 – Proposta n.º 45/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 6014, da União de Freguesias de Setúbal**
15. **Deliberação n.º 220/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 10301, Fração H da Freguesia de S. Sebastião**
16. **Deliberação n.º 221/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 13612, Fração H da Freguesia de S. Sebastião**
17. **Deliberação n.º 222/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens**

- dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 14439, Fração I da Freguesia de S. Sebastião*
18. *Deliberação n.º 223/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15620, Fração L da Freguesia de S. Sebastião*
 19. *Deliberação n.º 224/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15710, Fração H da Freguesia de S. Sebastião*
 20. *Deliberação n.º 225/2025 – Proposta n.º 51/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15713, Fração R da Freguesia de S. Sebastião*
 21. *Deliberação n.º 226/2025 – Proposta n.º 52/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15804, Fração J da Freguesia de S. Sebastião*
 22. *Deliberação n.º 227/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 19516, Fração O da Freguesia de S. Sebastião*
 23. *Deliberação n.º 228/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 16647, Fração BC da Freguesia de S. Sebastião*
 24. *Deliberação n.º 229/2025 – Proposta n.º 55/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 16235, Fração C da Freguesia de S. Sebastião*
 25. *Deliberação n.º 230/2025 – Proposta n.º 57/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 23/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Seguros, pelo período de 2 meses – Abertura*
 26. *Deliberação n.º 231/2025 – Proposta n.º 58/2025 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos*
 27. *Deliberação n.º 232/2025 – Proposta n.º 59/2025 – DAF/DICOR/DICONT – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2024 - REJEITADA*
 28. *Deliberação n.º 233/2025 – Proposta n.º 60/2025 – DAF/DICONT/SERGEPI - Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11, 3.º andar direito, Fração H, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal*
 29. *Deliberação n.º 234/2025 – Proposta n.º 61/2025 – DAF/DICONT/SERGEPI - Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11, 3.º andar direito, Fração H, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal*
 30. *Deliberação n.º 235/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DAF/DICONT/SERGEPI - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 1, Fração "O", na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal*



31. **Deliberação n.º 236/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal da Carreira não revista de Bombeiro Sapador, nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 3, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.**
32. **Deliberação n.º 237/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DRH/DIGAT – Designação de Chefe de Equipa Multidisciplinar**
33. **Deliberação n.º 238/2025 – Proposta n.º 56/2025 – DOM/DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para alienação de viaturas para sucata/abate, viaturas usadas e sucata diversa**
34. **Deliberação n.º 239/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DCDJ – Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal – apoio financeiro**
35. **Deliberação n.º 240/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2025**
36. **Deliberação n.º 241/2025 – Proposta n.º 55/2025 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a Belcamp Tennis Club, para a dinamização dos Campos de Ténis da Urbanização “Águas de São Lourenço”**
37. **Deliberação n.º 242/2025 – Proposta n.º 56/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – época desportiva 2024-2025**
38. **Deliberação n.º 243/2025 – Proposta n.º 57/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense - apoio financeiro**
39. **Deliberação n.º 244/2025 – Proposta n.º 58/2025 – DCDJ/DIDES – Belcamp Tennis Club - apoio financeiro**
40. **Deliberação n.º 245/2025 – Proposta n.º 59/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
41. **Deliberação n.º 246/2025 – Proposta n.º 60/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Banda da Sociedade Filarmónica da Perpétua Azeitonense**
42. **Deliberação n.º 247/2025 – Proposta n.º 61/2025 – DCDJ/DICUL - Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão - apoio ao 36.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e intercâmbios**
43. **Deliberação n.º 248/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DURB/DIPU – Pedido de transferência de localização da Farmácia Higiene – Processo nº 185/25**
44. **Deliberação n.º 249/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DURB/DIPU/GAP – Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) – Processo nº 1009C/17**
45. **Deliberação n.º 250/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DURB/DIPU – Reconhecimento do Interesse Público Municipal (Utilidade Pública) do Projeto de Ampliação da Estrutura Residencial para pessoas idosas da Liga dos Amigos da Terceira Idade – Processo nº 357/25**
46. **Deliberação n.º 251/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DURB/DIMOT – “Ratificação do ato – autorização para realização de prova desportiva “Lidl Setúbal Triathlon 2025”, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março”**
47. **Deliberação n.º 252/2025 – Proposta n.º 66/2025 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 28m2 em empena – Processo nº 29/21**

- 48. **Deliberação n.º 253/2025 – Proposta n.º 67/2025 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 35m2 em empena – Processo n.º 23/25**
 - 49. **Deliberação n.º 254/2025 – Proposta n.º 68/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística – Processo n.º 77/23**
 - 50. **Deliberação n.º 255/2025 – Proposta n.º 69/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística – Processo n.º 32/25**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 16;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 17;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 18;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que tinha um conjunto de intendências a colocar, relacionadas com requerimentos que permanecem, até à data, sem resposta.

Mencionou, em primeiro lugar, o pedido relativo ao plano de formação dos assistentes operacionais e assistentes técnicos dos agrupamentos de escolas do concelho, apresentado numa reunião realizada em fevereiro, e para o qual ainda não foi obtida qualquer resposta.

Referiu, em seguida, a existência de um pinheiro de grandes dimensões localizado junto a uma habitação, em Azeitão, salientando que a situação ainda não teria sido esclarecida. Indicou tratar-se de uma árvore situada em terreno privado, mas cuja perigosidade poderia justificar a intervenção da Proteção Civil, de forma preventiva, antes que ocorresse qualquer incidente.

Por fim, questionou sobre o estado das obras no troço da Rua da Camarinha, as quais, segundo informação anterior, deveriam estar concluídas no prazo de seis meses, estando já decorrido um período de sete meses sem que os trabalhos estejam finalizados.

Informou que foi realizada uma visita à Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, da qual resultou uma preocupação relativa à frequência do autocarro que transporta os alunos para

Azeitão e para a Quinta do Conde. Foi-lhes transmitido que seria fundamental reforçar a oferta de transporte no período da hora de almoço, dado que alguns alunos não têm aulas durante a tarde e, por falta de transporte disponível nesse horário, veem-se obrigados a permanecer na escola sem necessidade.

Apresentou, ainda, uma questão relacionada com o estabelecimento “Skál Artesanal”, referindo a existência de denúncias quanto à alegada violação da legislação relativa ao ruído. No que respeita à Associação Bairro Cool, deu nota de uma queixa apresentada por um munícipe, identificado como Jonas Bonaparte, o qual alegou ter sido alvo de uma prática de dupla cobrança no espaço comercial, situação que, segundo o próprio, motivou a rescisão do seu contrato por justa causa. Considerou que esta situação deverá ser averiguada, com vista a apurar os factos e esclarecer o ocorrido.

Foi também levantada a questão da necessidade de criação de uma bolsa de estacionamento destinada a residentes nas ruas Mariano Coelho e Joaquim Venâncio, tendo em conta que a Rua dos Arcos se encontra sujeita a estacionamento tarifado. Esta situação tem provocado uma elevada pressão sobre o estacionamento nas referidas artérias, dificultando o acesso dos moradores às suas habitações, nomeadamente no caso de pessoas idosas, que muitas vezes não conseguem estacionar ou sequer descarregar as suas compras junto às suas residências.

Foi ainda referida uma proposta apresentada há cerca de 23 anos, relativa à denominação de uma rua com o nome de Álvaro Carvalho Pinto, que, até à presente data, ainda não foi formalmente aprovada como artéria do concelho de Setúbal. Considerou-se importante retomar este processo e proceder à respetiva deliberação.

Destacou a visita do Senhor Primeiro-Ministro ao concelho, realizada no próprio dia, ocasião em que estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, ele próprio e diversas entidades locais. Durante a visita, foi anunciado e concretizado o fornecimento de um conjunto de meios à Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de reforçar a sua capacidade operacional, assegurando os recursos necessários ao pleno desempenho das suas funções. Sublinhou que, num país reconhecido como um dos mais seguros do mundo, era essencial garantir que esta força de segurança estivesse devidamente equipada para antecipar e prevenir eventuais problemas, nomeadamente através do fornecimento de viaturas e outros meios operacionais que foram anunciados.

Abordou, ainda, uma questão que considerou de grande relevância e que fora levantada na última sessão da Assembleia Municipal. Referia-se a um contrato de comodato, disponibilizado, no caso do PSD, pelo próprio interessado. Esse contrato foi celebrado durante o mandato autárquico anterior, presidido por Maria das Dores Meira, tendo por objeto a gestão do Parque de Campismo do Outão, também designado como Ecoparque.

Referiu que já tinham tido oportunidade de analisar um conjunto de documentos, nomeadamente aqueles disponibilizados pela Câmara Municipal, incluindo um parecer jurídico relativo ao contrato em causa, bem como o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara. Ambos os documentos concluíam pela nulidade do referido contrato, facto que justificava o levantamento de diversas questões.

Tal como referido quer no parecer jurídico, quer no despacho, a área em causa foi atribuída ao Município de Setúbal pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), em 2020, por um período de 20 anos, mediante o pagamento de uma renda anual no valor de 19 mil euros. Salientou que, volvidos cinco anos, a autarquia teria já suportado um encargo próximo dos 100 mil euros a título de renda.

A questão central residia no facto de o contrato de comodato não ter sido executado, não por falta de iniciativa do interessado — o qual nunca considerou o contrato nulo — mas por razões que não eram claras. Assim, considerava fundamental esclarecer por que motivo, ao longo de quatro anos (pelo menos durante o atual mandato), não foram tomadas diligências por parte da Câmara Municipal no sentido de dar utilização ao espaço em causa, que fora oficialmente atribuído ao Município pela APSS.

Relativamente ao contrato propriamente dito, referiu que os contornos do comodato em causa não correspondiam ao regime jurídico normalmente associado a este tipo contratual, uma vez

que não era gratuito — o comodatário assumia obrigações de pagamento de rendas e de valores considerados elevados.

Para além da análise jurídica já realizada pelos serviços da Câmara Municipal e refletida no despacho do Senhor Presidente da Câmara, considerou pertinente colocar a questão de saber se o referido contrato não deveria ser remetido aos serviços do Ministério Público de Setúbal, com vista à avaliação da sua legalidade e das eventuais consequências jurídicas associadas.

O PSD tinha sido surpreendido com a existência desse contrato, sobretudo tendo em conta que, em simultâneo, estava em preparação, e já tinha sido apresentado à Câmara, um concurso para a concessão do mesmo espaço. Manifestaram perplexidade ao constatar que existia um contrato, considerado nulo pela autarquia, mas que, até à data, continuava a ser considerado válido pelo próprio interessado, que o assinara e ainda o mantinha na sua posse. Concluiu defendendo que o contrato deveria ser analisado por uma entidade externa, como a Inspeção-Geral de Finanças ou, preferencialmente, pelos serviços do Ministério Público, por constituírem o garante da legalidade no Estado português.

Deixou, assim, a questão ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de ponderar o eventual envio de todo o processo ao Ministério Público.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que a sua intervenção visava, igualmente, abordar o tema do contrato de comodato anteriormente mencionado, na sequência não só da documentação que lhes havia sido enviada, incluindo o parecer jurídico elaborado pelos serviços da Câmara, mas também da declaração de nulidade do referido contrato.

Recordou que, na última reunião de Câmara, quando questionado sobre o contrato em causa, o Senhor Presidente afirmou não ter conhecimento do mesmo e declarou que não o tinha lido.

Sr. Presidente – Referiu que se tratavam de questões distintas.

Sr. Vereador Fernando José – Declarou que não tinha lido o contrato, nem tinha conhecimento do seu conteúdo.

Sr. Presidente – Afirmou que era necessário manter rigor nas afirmações proferidas, especialmente quando se referiam a declarações de terceiros, tanto mais quando estas constavam em ata, como o Senhor Vereador bem sabia.

Sr. Vereador Fernando José – Esclareceu que a questão que colocara dizia respeito ao conhecimento sobre quem assinara o contrato e que, quanto ao conteúdo do mesmo, referira não o ter lido, nem visto, tendo baseado a sua análise na informação remetida pelos serviços. Acrescentou acreditar que, àquela data, o Senhor Presidente já teria consultado o contrato e verificado a respetiva assinatura.

Afirmou que, não obstante o Senhor Presidente não ter lido o contrato, realizou uma reunião com o empresário que o assinara, sendo do seu conhecimento, pelo menos desde a sua tomada de posse, a existência daquele contrato.

Salientou que, apesar de terem decorrido quase três anos e meio desde então, essa informação não fora partilhada com a oposição. Considerou que o contrato foi “colocado na gaveta” e que o mesmo era nulo, tendo sido apresentada em reunião de Câmara uma proposta de deliberação para abertura de concurso público, sem que tivesse sido tomada previamente a deliberação que agora se pretendia formalizar.

Referiu que, tendo tido conhecimento da existência daquele contrato, o que deveria ter sido feito em primeiro lugar, após a devida análise, era solicitar um parecer jurídico — o que apenas ocorrera recentemente —, tomar uma decisão quanto à nulidade do contrato — também só agora tomada — e, só depois, avançar com a proposta de abertura de concurso público, dando conhecimento dessas decisões aos restantes Vereadores, que igualmente teriam de deliberar. Afirmou que tal procedimento não tinha sido seguido.

Acrescentou que, da análise que fizera ao contrato, não retirara a conclusão nem a informação que lhe fora transmitida na última reunião de Câmara e que os Vereadores do Partido Socialista haviam facilmente constatado, por terem verificado diretamente qual era a empresa em causa.

Acreditava que o Senhor Presidente, enquanto responsável máximo da Câmara Municipal de Setúbal, tendo reunido por duas vezes com o empresário e tendo conhecimento da existência do contrato — ainda que admitisse não o ter lido —, deveria, pelo menos, ter verificado qual era a entidade empresarial envolvida.

Informou que, conforme fora verificado, deixava um documento para ser junto à ata, conforme anexo n.º 19 referindo tratar-se de uma matéria já mencionada na anterior reunião de Câmara pelo Senhor Vereador Joel Marques, e que agora reiterava: a empresa Critério Solarengo fora constituída no dia 16 de agosto, tendo no dia seguinte, 17 de agosto, sido celebrado o contrato de comodato com a então Presidente da Câmara Municipal, atualmente ex-Presidente.

Afirmou não conhecer nenhuma outra Câmara Municipal no país onde se verificasse semelhante facilitismo institucional, permitindo que uma empresa recém-constituída obtivesse, no dia seguinte, acesso direto à Presidente da Câmara e celebrasse de imediato um contrato.

Considerou tratar-se de um caso digno de estudo, embora, para os Vereadores do Partido Socialista, fosse mais do que isso - entendiam que o caso deveria ser remetido ao Ministério Público.

Questionou se o Senhor Presidente já havia remetido a referida documentação ao Ministério Público. Referiu que a empresa em causa fora constituída no dia 16 de agosto, tendo a publicação da sua constituição ocorrido no dia 17, data em que, igualmente, fora celebrado o contrato de comodato.

Considerou que todo o processo era, no mínimo, muito estranho, e que tal estranheza se agravava com a receção da declaração de nulidade emitida pela Câmara Municipal, acompanhada de parecer jurídico, o qual apenas reforçava as dúvidas e questões que, em seu entender, careciam de esclarecimento.

Acrescentou que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de saber se o processo já fora enviado ao Ministério Público e, em caso negativo, se o Senhor Presidente tencionava fazê-lo. Sublinhou ainda que, durante cerca de três anos, o referido processo terá estado na posse do Senhor Presidente, apenas se tornando público após a intervenção do empresário, proprietário da empresa Critério Solarengo, em sessão da Assembleia Municipal.

Declarou que, pessoalmente, e de acordo com a interpretação que fizera, saudava o parecer dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, salientando que também os Vereadores do Partido Socialista, bem como os membros desse partido que haviam tido oportunidade de analisar o documento, concordavam com o seu conteúdo e com a declaração de nulidade assinada pelo Senhor Presidente.

Ainda assim, considerava que todos se sentiriam mais confortáveis e devidamente salvaguardados caso existisse um parecer emitido por entidades externas competentes, nomeadamente o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral de Finanças ou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), sobre a matéria em causa.

Reiterou a questão sobre se o processo tinha sido remetido ao Ministério Público e, em caso negativo, se o Senhor Presidente ponderava fazê-lo, sugerindo adicionalmente que fosse equacionada a solicitação de um parecer à CCDR ou à Inspeção-Geral de Finanças, atendendo a que se tratava de um processo que surpreendera os Vereadores do Partido Socialista e relativamente ao qual manifestavam desconforto.

Concluiu a sua intervenção saudando a Dra. Celeste Paulino, que, embora permanecesse ao serviço da Câmara Municipal de Setúbal por mais alguns dias, se preparava para a aposentação. Recordou a homenagem recentemente realizada e referiu que, apesar de nem sempre terem partilhado as mesmas posições, reconheciam na sua atuação um exemplo de profissionalismo e dedicação.

Em nome dos Vereadores do Partido Socialista, expressou agradecimento por todo o trabalho desenvolvido pela Dra. Celeste Paulino em prol da Câmara Municipal e do concelho de Setúbal, afirmando: *“Muito obrigado, Dra. Celeste Paulino, por toda a dedicação que deu ao nosso concelho.”*

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que muito se tinha discutido, em reuniões anteriores, sobre a requalificação da Estrada da Mitrena. Explicou que a intervenção prevista incluía, para além das obras já executadas, a integração de modos suaves, nomeadamente uma ciclovia, um passeio pedonal, arborização e instalação de iluminação pública.

Relativamente à arborização e à iluminação, solicitou um ponto de situação, uma vez que o estaleiro da obra se encontrava praticamente oculto pela vegetação, com as vedações caídas, não sendo possível observar qualquer avanço na construção da ciclovia ou do passeio pedonal. Acrescentou que a vegetação envolvia a estrada de forma desordenada e excessiva, e que a instalação da iluminação pública continuava a parecer uma miragem.

Deu nota de que alguns postes de iluminação apresentavam inclinação preocupante, destacando, em particular, o risco iminente de queda de um poste localizado na Avenida Álvaro Cunhal, em frente às bombas de combustível da Auchan, e de outro situado nos Quatro Caminhos, na Avenida Pedro Álvares Cabral, praticamente em frente à estrutura operacional de emergência da Cruz Vermelha.

Informou que, na rotunda das escolas, situada nas imediações da Escola Secundária do Bocage, existia outro poste de iluminação pública nas mesmas circunstâncias anteriormente descritas. Referiu que, segundo munícipes, a situação já fora comunicada à E-Redes, reportada na aplicação “Setúbal Participa” e também ao Gabinete de Participação Cidadã, mas que, até ao momento, não se registara qualquer intervenção no local.

Relativamente à intervenção de requalificação da Rua da Camarinha, mais concretamente no cruzamento com a Rua do Rosmaninho, Rua Adriano Correia de Oliveira e Praceta da Solidariedade, deu nota de que fora instalada uma nova rotunda. Informou que tinham sido recebidas várias manifestações, tanto de moradores como de utilizadores daquela via, dando conta de que os autocarros não conseguiam efetuar manobras de circulação na rotunda, o que poderia originar constrangimentos de tráfego, especialmente com o reinício do terceiro período letivo.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que, relativamente à questão do pinheiro localizado em Azeitão, na Rua do Pombal, se tratava de um assunto que vinha sendo levantado há algum tempo. Informou que, na última reunião, a Senhora Vereadora Carla Guerreiro comunicara que, após verificação técnica pelos serviços competentes, se concluíra que o pinheiro não apresentava risco de queda nem de perda de elementos. Assim, o processo fora remetido para a Divisão de Fiscalização, que procedera à notificação do proprietário. Acrescentou que, não tendo sido possível efetuar a notificação pessoalmente, a mesma foi realizada por via de edital.

No que respeita aos transportes escolares da Escola Secundária Lima de Freitas, informou que o assunto estava a ser tratado em articulação com o Agrupamento de Escolas e com a Dra. Celeste Paulino.

Explicou que a escola era servida por três autocarros, com partida direta da porta da escola até à Avenida Mestre Lima de Freitas. Indicou que, no período de almoço, a frequência de passagem era de 30 em 30 minutos, enquanto um dos autocarros circulava com uma frequência de 20 em 20 minutos, transportando os passageiros até à Avenida General Daniel de Sousa, no ITS, onde era efetuada a transição para o autocarro que servia a zona de Azeitão.

Sublinhou que, em todos os períodos letivos, sempre que a questão era colocada junto da Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), era solicitado um reforço da oferta. No entanto, referiu que as condições atualmente disponibilizadas não diferiam das existentes em outros agrupamentos escolares ou escolas, excetuando os casos em que o percurso fosse mais central, situação em que a frequência do transporte é, naturalmente, superior.



Relativamente à questão das bolsas de estacionamento para residentes no bairro do Montalvão, esclareceu que as bolsas exclusivas para residentes apenas existem em zonas de estacionamento tarifado. Como o bairro do Montalvão ainda não é uma área tarifada, sendo apenas a Rua dos Arcos a delimitação tarifada do bairro, essa medida não podia ser aplicada naquela zona.

Referiu que uma das questões suscitadas acerca da aplicação de sanções decorria do entendimento divergente entre o concessionário, que considerava não ter obrigação de efetuar essa fiscalização, e a Câmara Municipal, que defendia que, nos termos do contrato, tal obrigação existia. Por isso, a implementação das bolsas de estacionamento exclusivas só poderia ocorrer no momento em que a área fosse tarifada, pois, caso contrário, não haveria forma de comprovar a residência dos utilizadores do espaço destinado para o efeito.

No que respeita ao topónimo Álvaro Carvalho Pinto, afirmou que certamente se tratava de um dos nomes constantes na listagem, e que a Comissão de Toponímia, em momento oportuno e quando surgisse um arruamento com as condições e dignidade adequadas à personalidade, apresentaria a proposta para atribuição do nome.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Referiu que poderia tratar-se de um pormenor excessivamente rigoroso relativamente à afirmação do Senhor Vereador Paulo Calado, que questionara por que motivo a Câmara Municipal de Setúbal não teria utilizado o espaço cedido pela Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra (APSS) naquela faixa de domínio público hídrico, onde esteve localizado o EcoParque ao longo daqueles anos.

Esclareceu, contudo, que o espaço tem sido efetivamente utilizado. Especificou que a questão consistia numa correção: o facto de o alegado contrato não ter sido executado não impediu a utilização do espaço. Este continuou a ser utilizado tanto pelo EcoParque como pelo bar do Cais da Gávea, que, apesar de integrar a unidade do EcoParque, possui gestão independente, a qual foi atribuída em 2019 pela Câmara Municipal de Setúbal à Associação Baía de Setúbal.

Reforçou-se o esclarecimento anteriormente prestado pelo Senhor Presidente, de que, face ao conhecimento do referido documento e à obtenção de aconselhamento jurídico — ainda que não formalizado em parecer, conforme prática comum — foi-lhes indicado que o documento assinado pela anterior Presidente não possuía validade legal. Verificou-se que a mesma não detinha as competências necessárias para o efeito, sendo que a única forma válida para a atribuição daquele espaço seria através de concurso público, procedimento este que já se encontrava em curso.

Foi ainda explicado que, naquela ocasião, entenderam ser mais adequado e correto iniciar o processo mediante reunião com o alegado interessado, informando-o da situação e da intenção de abertura do concurso público.

Ao longo do tempo, o próprio interessado confirmou estar de acordo com o referido procedimento e manifestou interesse em concorrer, assim que o concurso público fosse aberto.

Deste modo, considerou-se que o processo estava a ser conduzido de forma correta, tendo havido entendimento de que o espaço deveria ser gerido por uma entidade terceira. A forma adequada para tal gestão seria, portanto, a abertura de um concurso público para concessão, procedimento que estava em curso, esperando-se que reunisse as condições necessárias para ser aprovado nos órgãos autárquicos competentes.

Salientou ainda que não era possível solicitar pareceres ao Tribunal de Contas, por se tratar de um tribunal que não emite pareceres; contudo, todas as demais questões poderiam ser objeto de apreciação. Apesar disso, manifestou confiança na existência de segurança jurídica suficiente relativamente ao essencial naquele momento, independentemente de outros processos, opiniões ou questões complementares.

Reforçou a necessidade de concluir o procedimento, de modo a garantir que aquele equipamento - considerado estrutural e importante para a oferta turística do território, dada a sua localização - pudesse receber o investimento e o salto qualitativo que necessitava e

merecia, e que era desejado pelos visitantes. Expressou a convicção de que havia consenso na Câmara para avançar nesse sentido.

Relativamente à questão colocada sobre a Associação Bairro Cool, informou que a reclamação tinha sido recebida e que os serviços competentes estavam, naquele momento, a proceder à análise da mesma, para atuar em conformidade.

Sr. Vereador Paulo Calado – Foi efetuada uma menção à Senhora Doutora Celeste Paulino, à qual foram endereçados votos das maiores felicidades para esta nova etapa da sua vida, desejando que possa usufruir plenamente deste período para se dedicar a outras atividades, mantendo-se sempre ativa.

No que respeita ao EcoParque e à utilização do respetivo espaço, referiu que, eventualmente, não se teria feito compreender da forma pretendida. Esclareceu que, ao analisar os valores constantes do contrato em apreço, se constatava que estes praticamente correspondiam ao montante a pagar à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). Desconhecia-se, contudo, se esse teria sido, de facto, o objetivo de quem celebrou o referido contrato em nome do Município. Ressalvou-se que o contrato chegou a existir, embora tenha sido, entretanto, declarado nulo. Até à data da declaração de nulidade, o contrato manteve-se em vigor e, mesmo nessa condição, subsistia de forma precária, tendo em conta a possibilidade de o interessado recorrer aos tribunais, os quais poderiam vir a ter entendimento diverso.

A questão colocada prendeu-se com a razão pela qual, durante os quatro anos em que vigorou o contrato - fosse este de concessão ou, como no caso em apreço, de comodato - o objeto contratual não foi explorado nem desenvolvido, nem sequer pelos próprios comodatários. Foi precisamente a esse ponto que se pretendeu chegar com a observação efetuada.

Foi ainda feita referência a uma resposta anterior da Senhora Vereadora Rita Carvalho, tendo sido retomada uma questão anteriormente abordada, relacionada com as conversações então em curso com a empresa DATAREDE.

Foi recordado que a sugestão para a realização, em breve, de uma reunião privada com vista à avaliação do ponto de situação da relação anteriormente estabelecida com a empresa DATAREDE partira da própria Senhora Vereadora Rita Carvalho, com o intuito de esclarecer o estado atual das conversações ou negociações em curso com a referida empresa.

O tema foi novamente trazido à discussão com o objetivo de permitir que os Senhores Vereadores da oposição, nomeadamente dos grupos municipais do PSD e do PS, tivessem conhecimento da evolução daquele processo. Foi reforçada a ideia, já expressa em diversas ocasiões, de que esse era um dos temas relevantes do presente mandato - o contrato com a empresa DATAREDE - e, como tal, considerava-se importante conhecer o ponto de situação das negociações e o modo como estas se haviam desenrolado. Ainda que a informação disponibilizada fosse, à data, de natureza mais genérica, entendeu-se que seria pertinente partilhá-la de imediato, independentemente dos pormenores adicionais que pudessem vir a ser apresentados na reunião privada agendada para breve.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que, face aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador Ricardo Oliveira, se considerava que a via correta a seguir seria, efetivamente, o lançamento de um procedimento concursal para a concessão, posição com a qual havia concordância. No entanto, entendeu-se que a atuação mais adequada teria sido a emissão imediata de uma declaração de nulidade, por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, logo que se teve conhecimento da existência de um contrato que, segundo a análise efetuada, se afigurava como nulo.

Acrescentou que já haviam decorrido três anos e meio desde o momento em que o Senhor Presidente teve conhecimento da existência desse contrato - ainda que não o tivesse lido -, tendo-se reunido, nesse período, por duas vezes com o empresário, e tendo o contrato sido, entretanto, remetido à Câmara Municipal. Sublinhou-se que, a partir do momento em que o contrato era conhecido e se sustentava a posição de que o mesmo era nulo, deveria ter sido emitida, de imediato, a respetiva declaração de nulidade.

Referiu que todos esses elementos contribuíam para adensar as dúvidas - não quanto à atuação do Senhor Presidente da Câmara Municipal à data, nem quanto ao atual executivo -, uma vez que se acreditava que os membros em funções no anterior mandato também não teriam tido conhecimento daquela situação.

Salientou que, passados mais de três anos, apenas se teve conhecimento da existência do contrato em causa porque o empresário esteve presente numa sessão da Assembleia Municipal. Considerou que, caso tal não tivesse ocorrido, provavelmente o Senhor Presidente nunca teria emitido qualquer despacho ou declaração de nulidade.

Reforçou que todas essas circunstâncias contribuíam para o agravamento das dúvidas, reiterando-se que não se colocava em causa a figura do Presidente da Câmara Municipal nem o atual executivo, dado que se mantinha a convicção de que os membros do anterior mandato igualmente desconheciam a situação. Ainda assim, sublinhou que se regressava a um ponto essencial: a ausência de emissão, em devido tempo, da declaração de nulidade do contrato, bem como a falta de comunicação dessa situação aos Senhores Vereadores da oposição antes da deliberação relativa à abertura do concurso. Reiterou que esse procedimento deveria ter ocorrido.

Foi ainda deixada uma questão - que, conforme referido, poderia não se colocar - relativa ao facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal ter declarado, naquele dia, a nulidade do contrato. Recordou que, no mandato anterior (2017–2021), embora por motivos distintos, se constatou que a então Presidente da Câmara não dispunha dessa legitimidade ou competência. No entanto, sublinhou que, por força da maioria absoluta detida pela CDU, todas as competências legalmente delegáveis tinham sido atribuídas à Presidente, situação que, inclusive, originou comentários em tom informal, designando-a como “Super Presidente”, por concentrar em si todas as competências e, dessa forma, esvaziar o papel deliberativo do órgão Câmara Municipal.

No mandato em curso, tal não sucedeu, não por impedimento legal ou falta de legitimidade do atual Presidente para assumir as mesmas competências, mas porque, não dispondo de maioria, os Senhores Vereadores eleitos pelo PS e pelo PSD entenderam que as competências da Câmara deveriam permanecer no seu seio, assegurando a colegialidade das decisões.

Concluiu questionando - presumindo que essa avaliação já teria sido efetuada - se, entre o mandato de 2017–2021 e o mandato em curso, tendo ocorrido uma alteração na distribuição de competências entre a Câmara Municipal e o seu Presidente, tal circunstância teria sido devidamente considerada no âmbito da competência do Senhor Presidente para a emissão da declaração de nulidade. Manifestou a convicção de que tal análise teria efetivamente sido realizada, mas expressou o desejo de obter um esclarecimento formal sobre essa matéria.

Sr. Presidente – Referiu que o Senhor Vereador Paulo Calado havia colocado a questão em apreço, aproveitando a oportunidade para acrescentar que já deveria constar dos sistemas informáticos uma reprodução do relatório elaborado pela comissão de avaliação da execução do contrato.

Esclareceu que o referido relatório continha o ponto de situação que fora transmitido naquela reunião, tendo a comissão sido constituída por sua iniciativa, na sequência das questões suscitadas na última reunião da Câmara Municipal.

Informou ainda que solicitara a elaboração de um documento contendo essa informação, ao qual foi anexado um conjunto de documentação complementar, acrescentando que o referido ponto de situação seria igualmente distribuído aos membros da Assembleia Municipal.

Acrescentou que se tratava apenas de um ponto de situação, mas considerou fundamental que todos os Senhores Vereadores e Deputados Municipais tivessem acesso àquela informação. Informou que se optara pela sua circulação por via informática, tendo em conta o volume de documentação em suporte papel, ressaltando, no entanto, que o documento poderia ser disponibilizado em formato físico, caso fosse essa a preferência de algum dos destinatários.

Dirigiu um agradecimento ao Senhor Vereador Paulo Calado por ter voltado a colocar as referidas questões, o que permitiu dar resposta, com maior celeridade, aos assuntos em causa.

Agradeceu igualmente à Senhora Vereadora Patrícia Paz toda a informação apresentada, sublinhando que se tratava de registos relevantes, que ficariam devidamente documentados, e que justificavam o devido seguimento por parte dos serviços competentes.

Referiu que já anteriormente tivera oportunidade de relatar a situação relativa à Estrada da Mitrena, considerando tratar-se de uma questão de elevada importância para todos os setubalenses e, em particular, para os que se deslocam à zona industrial da Mitrena, sendo obrigados a utilizar aquela via, a única existente.

Assinalou que, durante vários anos, a situação foi colocada às Estradas de Portugal e, posteriormente, às Infraestruturas de Portugal, tendo sido realizadas diversas reuniões, incluindo com vários presidentes dessas entidades, nas quais participou pessoalmente. Acrescentou que, em várias dessas ocasiões, fez-se acompanhar pelos responsáveis das principais empresas aí sediadas, com o objetivo de reforçar a urgência da requalificação da estrada, a qual, contudo, foi sucessivamente adiada.

Face à ausência de resposta, a Câmara Municipal decidiu assumir a responsabilidade pelo processo. Não obstante, sublinhou que a elaboração do projeto - ou, pelo menos, o seu financiamento - ficou a cargo das empresas instaladas na zona industrial da Mitrena.

Informou que as grandes empresas instaladas na Mitrena decidiram elaborar um projeto, tendo a Câmara Municipal assumido o compromisso de conduzir o procedimento relativo à execução da obra, contando com promessas de vários membros do Governo no sentido de encontrar soluções financeiras para a sua concretização.

Salientou que essas promessas não emanaram das Infraestruturas de Portugal, mas sim de diferentes membros do Governo. Relatou que tal situação ocorreu quando exercia o cargo de Vereador do Urbanismo, tendo posteriormente cessado funções durante quatro anos. Após o seu regresso, a Senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) contactou-o poucos dias depois da sua tomada de posse como Presidente da Câmara Municipal, informando que se encontravam disponíveis dois milhões de euros para aquela obra.

No entanto, destacou que teria de ser tomada uma decisão célere quanto à aceitação daquele financiamento, uma vez que havia um prazo máximo de quinze dias para resposta, sob pena de, em caso de recusa, aquele montante ser destinado a outra localização.

Acrescentou que, face à referida situação e à urgência da obra, sentiu-se na obrigação, enquanto Presidente da Câmara Municipal, de aceitar os dois milhões de euros para dar início ao projeto. Contudo, salientou que esse valor não seria suficiente para a execução integral da obra.

Como era do conhecimento dos Senhores Vereadores, optou-se por solicitar um empréstimo para viabilizar a sua realização. Explicou que o processo decorreu dentro desse enquadramento, com a abertura de um concurso público e a subsequente concretização da obra.

Entretanto, o montante total resultante do empréstimo solicitado, somado aos dois milhões de euros disponibilizados, revelou-se insuficiente para a execução do projeto inicialmente contratado pelas empresas. Assim, e após análise financeira, decidiu-se proceder à alteração do projeto, retirando-se um conjunto de elementos - alguns dos quais referidos pela Senhora Vereadora - de modo a adequá-lo à disponibilidade financeira existente e garantir a realização da obra, considerada urgente.

Posteriormente, obtiveram-se, junto de outro membro do Governo, mais dois milhões de euros. Esclareceu que foi utilizada apenas a parcela do empréstimo estritamente necessária. Concluiu afirmando que o essencial residia no facto de a obra ter avançado, tendo sido contratualizada com base no quadro financeiro disponível e no projeto que serviu de caderno de encargos.

Referiu que a outra componente, relativa à iluminação, à ciclovia e a alguns arranjos das bermas, estava a ser analisada no âmbito de um projeto em desenvolvimento, conduzido

pelos técnicos da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), com o apoio dos técnicos da Câmara Municipal. O objetivo consistia na elaboração de um projeto de implantação de algumas empresas ao longo da zona ribeirinha sob jurisdição da APSS.

Esclareceu que, à medida que o referido projeto fosse evoluindo - considerando que a zona ribeirinha confronta diretamente com a estrada -, seria possível avançar com as intervenções relativas à ciclovia, à iluminação, às bermas, bem como com a criação de uma via dedicada às atividades que iriam ser instaladas, de forma a garantir a regularização integral da frente ribeirinha naquele momento.

Sublinhou que o intuito principal era evitar a realização de investimentos que, após o desenvolvimento do projeto da APSS, pudessem revelar-se desalinhados com o traçado ou com as necessidades previstas naquele plano, contratado pelas empresas.

Concluiu esclarecendo que essa correspondia à situação vigente: o projeto inicialmente pago pelas empresas não fora executado, pelas razões anteriormente expostas. Contudo, face à iniciativa da APSS em elaborar um plano para aquela zona, entendeu-se prudente não proceder a intervenções naquele momento, por receio de que tais investimentos pudessem comprometer o futuro desenvolvimento previsto no referido plano.

Informou que aguardavam o desenvolvimento do plano por parte da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), esclarecendo que técnicos da Câmara Municipal acompanhavam esse processo. Referiu que, quando surgisse a oportunidade para a realização dos investimentos, estariam assegurados compromissos da APSS com as empresas interessadas em se instalar naquela área, pelo que acreditava tratar-se de uma intervenção a curto ou médio prazo.

Referiu, ainda, que a Senhora Vereadora havia chamado a atenção para uma questão pertinente, reconhecendo que ninguém apreciava a presença de ervas no bordo da estrada, compreendendo as eventuais manifestações por parte dos munícipes sobre o tema.

Contudo, sublinhou a necessidade de gerir, ponderar, planear e programar adequadamente a intervenção dos serviços municipais. Explicou que, dadas as condições meteorológicas recentes - com chuvas frequentes e temperaturas em elevação -, o corte das ervas seria ineficaz se realizado naquele momento, pois oito dias após a intervenção as ervas estariam novamente no mesmo estado.

Por fim, salientou a importância de se atuar em períodos de maior estabilidade climática, de modo a garantir a eficácia do corte e a rentabilização dos custos associados a essa intervenção ao longo de um período prolongado.

Acrescentou que a instabilidade climática verificada nas últimas semanas não tinha permitido a realização da intervenção pretendida: num momento cessava a precipitação, e na semana seguinte registavam-se períodos de calor intenso. Com os solos saturados de água, o aumento das temperaturas favorecia um crescimento acelerado das ervas.

Considerou, por esse motivo, que todos deveriam ser sensíveis à situação e compreender os constrangimentos existentes, sublinhando que os dinheiros públicos deviam ser geridos com responsabilidade, através de uma programação rigorosa e de uma aplicação ponderada.

Alertou para o facto de uma intervenção realizada naquele momento, face ao contexto climático, não ser eficiente, já que, ao fim de oito dias, o estado das ervas poderia voltar ao ponto inicial. No caso concreto, considerava preferível aguardar cerca de quinze dias, período após o qual, acreditava, as condições se estabilizariam, permitindo uma ação mais eficaz, cujos efeitos se prolongassem no tempo antes de ocorrer novo crescimento.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que a sua principal preocupação, após observar a situação no local, dizia respeito à acumulação de ervas que obstruíam o escoamento das águas pluviais, uma vez que estavam a tapar os sumidouros ali instalados, podendo tal situação originar alagamentos.

Sr. Presidente – Agradeceu a informação transmitida pela Senhora Vereadora, esclarecendo que a sua intervenção se referia a uma abordagem de carácter geral, uma vez que não se havia deslocado ao local, ao contrário da Senhora Vereadora, que, presumivelmente por ali

passava com frequência, dispunha de uma perceção mais concreta da situação. Salientou a importância da partilha daquela informação, sublinhando que a mesma reforçava a necessidade de não se aguardar por melhorias nas condições meteorológicas para a realização da intervenção, a qual, no seu entender, deveria ocorrer precisamente em momentos de chuva, por forma a permitir a deteção e resolução eficaz de eventuais problemas.

No que respeita à questão do contrato de comodato, referiu que, na sua perspetiva, a situação não apresentava a complexidade com que havia sido descrita pelos Senhores Vereadores.

Esclareceu que o titular do alegado contrato solicitara um atendimento ao Presidente, tendo sido recebido por si. Durante o encontro, o munícipe apresentou um documento que identificou como sendo um contrato de comodato. Informou-o, nesse momento, que desconhecia tal contrato, tendo assumido o compromisso de o verificar. Para o efeito, entregou o documento aos serviços competentes, que procederam à sua análise e concluíram que o mesmo era nulo e desprovido de validade jurídica, por não ter sido elaborado em conformidade com a legislação aplicável, conforme expresso no parecer jurídico que, entretanto, fora distribuído aos Senhores Vereadores.

Posteriormente, convocou novamente o interessado e comunicou-lhe que o referido documento não tinha validade legal, tendo-lhe sido explicado que, de acordo com o enquadramento normativo em vigor, a atuação da autarquia deveria seguir mediante a abertura de um procedimento de concurso público. O munícipe demonstrou compreensão face à situação, embora tenha reiterado a existência do contrato, manifestando, ainda assim, interesse em participar no concurso.

Concluiu, por isso, que o assunto se encontrava devidamente esclarecido e encerrado.

Referiu, ainda, que a proposta de abertura do procedimento de concurso público já havia sido previamente aprovada em Reunião de Câmara, tendo, contudo, sido retirada da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, por terem os serviços detetado algumas inconformidades que careciam de correção.

Posteriormente, a proposta foi novamente submetida à apreciação da Câmara Municipal, tendo sido aprovada e remetida, uma vez mais, à Assembleia Municipal.

No decurso desse novo processo, o munícipe em causa compareceu na Assembleia Municipal alegando ser titular de um contrato de comodato e advertindo que, caso o procedimento avançasse, recorreria aos tribunais. Esta intervenção, até então não conhecida e em contradição com a posição anteriormente manifestada pelo próprio - segundo a qual estaria disponível e interessado em participar no concurso -, motivou uma alteração na abordagem da autarquia, conduzindo à necessidade de formalizar a declaração de nulidade do contrato, com fundamento no parecer jurídico emitido.

Esclareceu, a propósito, que o referido contrato era desprovido de validade legal, uma vez que não cumpria os requisitos formais e substanciais exigidos pela legislação aplicável à celebração daquele tipo de contratos.

Relativamente à dúvida suscitada pelo Senhor Vereador Fernando José sobre a competência do Presidente para declarar a nulidade do contrato, esclareceu que, de acordo com os pareceres jurídicos, naquele caso específico, o Presidente possuía competência para o fazer, sendo essa a autoridade indicada para tal ato. Ressalvou que, não sendo jurista, respeitava integralmente os pareceres emitidos pelos serviços jurídicos.

Concluiu que, tanto para si como para os serviços jurídicos, a questão não apresentava dúvidas. Reafirmou que o titular do contrato compreendeu a explicação dada na segunda reunião, embora contrariado, mas manifestou interesse e disponibilidade para participar no concurso, considerando, dessa forma, o assunto resolvido.

Todavia, após várias fases do processo - incluindo a aprovação inicial em Reunião de Câmara, a retirada da proposta na Assembleia Municipal, o seu reenvio à Câmara e a posterior submissão à Assembleia -, foi no momento em que a proposta foi remetida à comissão, por solicitação dos deputados municipais para esclarecimentos adicionais, que o interessado colocou a questão em apreço.

Perante tal situação, procedeu-se à distribuição do parecer jurídico e do contrato, de modo a esclarecer definitivamente todas as dúvidas quanto ao objeto da questão e à nulidade da decisão em causa.

Por todo o exposto, não considerava tratar-se de um assunto a ser encaminhado para o Ministério Público, ressalvando, contudo, que os Senhores Vereadores eram livres para o fazer, quer na sua qualidade de cidadãos, quer como representantes do órgão deliberativo.

Reforçou que tal possibilidade não fora ponderada por si nem pelo executivo, destacando que o mais relevante era que a proposta em discussão - que certamente seria submetida à Assembleia Municipal, após os esclarecimentos prestados na comissão - fosse aprovada, permitindo assim o avanço do concurso público relativo à área do EcoParque.

Concluiu expressando que esta era a sua posição, manifestada com total transparência, sem dramatismos, mas sempre com rigor e respeito pela legislação em vigor, que, embora não recente, estava consolidada há vários anos.

Sr. Vereador Fernando José – Manifestou agradecimento pelos esclarecimentos prestados. Acrescentou que o Senhor Presidente havia manifestado que o assunto se encontrava resolvido e que se expressara com sinceridade. Contudo, afirmou que, quando tomou conhecimento daquele contrato - e em duas reuniões que manteve com o empresário Senhor Amândio, proprietário da empresa Critério Solarengo Unipessoal - a declaração de nulidade, que apenas foi emitida naquele momento, deveria ter sido proferida naquela ocasião.

Referiu ainda que, se o Senhor Presidente, após análise realizada em conjunto com os serviços competentes - e de forma correta - concluiu que o contrato era nulo, então deveria ter existido, desde logo, uma declaração de nulidade, a qual veio a ser assinada pelo Senhor Presidente apenas três anos e meio depois.

Acrescentou que, embora tenha referido que o processo fora tratado com todo o rigor, existiu uma falha de rigor, a negligência. Contudo, salientou que tal questão não era a principal e que não pretendia aprofundá-la naquele momento.

Contudo, manifestou que, apesar de o Senhor Presidente afirmar que o tema era simples e não suscitava dúvidas, nem ele nem os Vereadores do Partido Socialista conseguiam compreender os fundamentos dessa afirmação.

Enquanto responsável máximo pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente considerava que o processo não deveria ser remetido para análise do Ministério Público. No entanto, foi questionado como poderia um cidadão setubalense constituir uma empresa num dia - a 16 de agosto - e, no dia seguinte, estar na Câmara Municipal de Setúbal a negociar e assinar um contrato, celebrado a 17 de agosto.

Questionou se tal procedimento poderia ser considerado normal ou se, pelo contrário, não levantava dúvidas quanto à sua regularidade.

Referiu que aquele processo lhes suscitava muitas dúvidas e salientou que, se o empresário não tivesse comparecido na Assembleia Municipal, provavelmente jamais teriam tido conhecimento daquela situação.

Manifestou que não pretendiam prosseguir com a discussão daquele tema, por entenderem que a declaração de nulidade deveria ter sido emitida há mais tempo e que a oposição deveria ter sido devidamente informada, o que consideravam já estar esclarecido.

Contudo, não conseguiam compreender a posição do Senhor Presidente ao afirmar que aquele processo era simples e não suscitava dúvidas.

Sr. Presidente – Referiu que, embora o interessado provavelmente tenha ficado contrariado, manifestou interesse em concorrer ao concurso, o que, para eles, constituía o aspeto mais relevante.

Destacou que o essencial era, em cumprimento da legislação vigente, dar seguimento a um processo que permitisse a abertura do concurso público, possibilitando ao referido senhor regularizar a sua situação, o que fora a principal preocupação manifestada.

O Senhor Vereador considerava que esclarecimentos à oposição deveriam ser prestados. Disse que fornecia tais esclarecimentos quando existissem razões políticas que o justificassem ou motivos processuais com impacto na gestão.

No seu entendimento, o caso em apreço não teve qualquer influência na gestão municipal, uma vez que transmitira ao interessado que não reconhecia validade ao contrato em questão. Por esse motivo, afirmou ter informado o interessado, de forma transparente, sobre as ações que iria tomar. Considerando o interesse manifestado em participar no concurso, entendeu que aquela situação, nas condições referidas, não influenciava a gestão da Câmara Municipal, não sendo, por isso, necessário submeter a questão à deliberação do órgão.

Enfatizou que o que efetivamente influenciava a gestão era o processo e a proposta destinados à abertura do concurso público, visando a resolução de uma situação considerada prioritária.

Acrescentou que não tinha investigado, nem considerava relevante, a data de constituição da empresa, mencionada como 16 de agosto.

Reiterou ter informado o interessado da nulidade do contrato, motivo pelo qual não atribuiu importância à questão da constituição da empresa.

Ressalvou, porém, que caso a empresa participasse no concurso público e apresentasse proposta adjudicada, os serviços competentes fariam a respetiva avaliação. Até então, tratava-se de matéria de foro particular, sem impacto na gestão autárquica.

Recordou que o Senhor Vereador era jurista, enquanto ele próprio não o era, pelo que a avaliação apresentada refletia o seu entendimento pessoal.

Informou que os Senhores Vereadores possuíam o despacho elaborado pelo gabinete jurídico, que constituía a informação oficial a ser transmitida.

Referiu que a questão foi levantada pelo interessado na Assembleia Municipal, o que não esperavam, dado o diálogo e as informações previamente trocadas com o mesmo.

Assegurou que a atuação dos vereadores decorreu sempre num quadro de transparência e legalidade.

Acrescentou não vislumbrar motivo para remeter o processo ao Ministério Público, salientando, contudo, que, como é do conhecimento de todos, os vereadores, individualmente ou enquanto membros do órgão, possuem a liberdade de encaminhar para o Ministério Público quaisquer documentos ou processos que entenderem.

Considerou o assunto devidamente esclarecido, enfatizando que atuaram num contexto legal claro e transparente e que, sempre que foi necessária intervenção, esta foi efetuada, estando os vereadores devidamente informados de todo o processo.

Referiu que o Senhor Vereador Paulo Calado mencionara a visita do Senhor Primeiro-Ministro e da Senhora Ministra da Administração Interna ao Município de Setúbal.

Informou que fora convidado pelo Comandante Distrital da PSP para participar na referida iniciativa, tendo atendido ao convite por respeito institucional, valor que muito estimava.

Inicialmente, não pretendia abordar o tema, mas, atendendo à questão levantada pelo Senhor Vereador, aproveitou para reiterar as declarações públicas já anteriormente prestadas.

Considerou positiva a entrega de duas viaturas e quatro ou cinco bicicletas elétricas, tendo em conta a escassez e as limitações de recursos existentes, destacando que tudo o que viesse era bem-vindo.

Contudo, com base nas informações de que dispunha, referiu ser necessária a aquisição de um maior número de viaturas para responder adequadamente às exigências e garantir uma resposta célere, bem como a requalificação urgente das instalações, em particular as da PSP. O Senhor Primeiro-Ministro, na sua intervenção, referiu a necessidade de garantir dignidade aos profissionais, designadamente aos elementos da PSP, posição que corroborou.

Contudo, lamentou que tal dignidade não fosse assegurada pelas atuais instalações, onde esses profissionais são obrigados a permanecer, considerando que uma boa parte do seu tempo de vida é passada naquele local.

Relatou que, tanto durante o anterior Governo quanto no atual, teve oportunidade de apresentar esta questão, tendo proposto à Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, no anterior Governo, e à Senhora Ministra da Administração Interna, no atual, a

disponibilização de um terreno por parte do Município, para a construção de novas instalações, face às condições degradadas existentes."

Manifestou concordância com a posição do Senhor Primeiro-Ministro relativamente à necessidade de existirem boas instalações para as forças de segurança, mas sublinhou que era essencial que tal necessidade se concretizasse efetivamente.

Considerou que as atuais instalações da PSP não eram condignas com a função pública prestada pelos seus profissionais.

Referiu ainda a escassez de meios humanos para dar resposta às necessidades existentes, situação que já havia denunciado em ocasiões anteriores, por considerar que tal realidade evidenciava a forma como, por vezes, se procuravam contornar os problemas sem os resolver.

Recordou que, em reunião com a anterior Secretária de Estado da Administração Interna, pertencente ao anterior Governo, abordou a questão da carência de efetivos, tendo-lhe sido transmitido que se encontrava em curso um concurso para o ingresso de mil profissionais, e que, muito provavelmente, Setúbal seria contemplado, o que permitiria ultrapassar a situação. Contudo, referiu que, em diálogo com os comandos da PSP e da GNR, com os quais mantinha uma boa relação, foi-lhe transmitido que, apesar da abertura de concursos, o número de saídas diárias superava o de entradas, agravando a escassez de efetivos.

Tendo em conta que o Senhor Vereador Paulo Calado havia levantado a questão e prevendo que a comunicação social destacasse a visita do Senhor Primeiro-Ministro como uma entrega de equipamentos, considerou importante clarificar publicamente a posição da Câmara Municipal sobre o assunto.

Referiu que a sua posição era distinta de outras que, perante qualquer problema relacionado com a segurança, optavam por alarmar a população e enfatizar a existência de insegurança. Esclareceu que a sua abordagem era substancialmente diferente.

Informou ainda ter tomado posição, em reunião com os Senhores Comandantes da PSP e da GNR, relativamente ao Relatório da Administração Interna referente ao concelho de Setúbal, o qual evidenciava uma diminuição dos índices de criminalidade, com exceção de alguns aspetos que mereciam atenção reforçada. Com esta referência, procurou sublinhar a diferença entre a sua postura e outras que, no seu entender, promoviam alarmismo.

Concluiu a sua intervenção agradecendo à Senhora Doutora Celeste Paulino pelos 25 anos de dedicação à Câmara Municipal e à cidade de Setúbal. Referiu que já o havia feito em privado, mas entendeu ser igualmente importante manifestar publicamente esse reconhecimento, desejando-lhe as maiores felicidades, tanto a nível da saúde como da vida pessoal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que o Senhor Presidente havia feito menção à visita do Senhor Primeiro-Ministro, o que considerava pertinente, assim como às preocupações que expressara, as quais não eram recentes, mas vinham já de algum tempo - preocupações essas partilhadas por todos os presentes.

Acrescentou que era importante reconhecer que o atual Governo, com menos de um ano de mandato, tinha feito aquilo que estava ao seu alcance nas referidas áreas.

Concluiu manifestando a esperança de que, no futuro, os problemas identificados pudessem ser resolvidos, porquanto esse era o objetivo comum a todas as forças políticas ali representadas: garantir melhores condições de segurança e, acima de tudo, assegurar que os profissionais responsáveis pela mesma disponham dos meios adequados e possam exercer as suas funções com dignidade, em instalações apropriadas e com equipamentos condignos. Acrescentou acreditar que todos tinham compreendido as declarações do Senhor Presidente, nomeadamente o enquadramento histórico apresentado por este relativamente à situação, tendo em conta os dois mandatos governativos anteriores.

Sr. Vereador José Pereira – Apresentou as seguintes saudações, cujos documentos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 20 a 22.

“Saudação

Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”

O Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, assinalaram o seu 37.º aniversário no passado dia 14 de abril. Fundado em 1988, a associação composta por entusiastas desta prática tradicional tem sido um ponto de encontro e dinamização comunitária no Bairro da Anunciada, afirmando-se como um verdadeiro símbolo de participação cívica e dedicação associativa.

Através da promoção do chinquilha, um jogo tradicional português, a coletividade tem desempenhado um papel importante na preservação do património imaterial, mas também no estímulo ao convívio entre gerações, ao envelhecimento ativo e à criação de redes de solidariedade entre os moradores. O Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada” tem oferecido à população sénior um espaço seguro e acolhedor, onde o desporto e o lazer se unem à amizade e à partilha de vivências.

Ao longo destas quase quatro décadas de história, o trabalho dos seus dirigentes, associados e amigos da coletividade tem sido fundamental para manter viva uma tradição que vai muito além do jogo, contribuindo para reforçar os laços sociais e promover uma vida comunitária mais rica e inclusiva.

Os vereadores do PSD saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, os seus órgãos sociais e todos os que se dedicam à sua missão, celebrando este aniversário como mais um marco de dedicação e serviço à comunidade setubalense”.

“Saudação

Clube de Motorismo de Setúbal

O Clube de Motorismo de Setúbal celebrou, no passado dia 13 de abril, o seu 9.º aniversário, marcando quase uma década de dedicação à promoção do desporto motorizado no concelho e na região.

Criado em 2016, este clube nasceu da vontade de um grupo de entusiastas em colmatar a escassez de eventos e atividades ligadas ao motorismo em Setúbal, apostando numa programação que valorize a modalidade e dinamize o território. Desde então, tem vindo a afirmar-se como um agente dinamizador, reunindo praticantes, fãs e curiosos em torno de uma paixão comum.

Numa região com condições únicas e um público cada vez mais interessado, o motorismo apresenta-se como uma oportunidade estratégica para potenciar o turismo, a economia local e o desporto automóvel, sendo o clube um aliado de peso nesse percurso de crescimento.

Os vereadores do Partido Social Democrata saúdam e felicitam o Clube de Motorismo de Setúbal, os seus dirigentes e associados, por mais um ano de atividade e pelo valioso contributo para a valorização da cidade e do distrito”.

“Saudação

165.º aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade

No dia 19 de abril, assinala-se o 165.º aniversário da elevação de Setúbal à dignidade de cidade, formalizada por decreto régio em 1860. Esta data histórica simboliza o justo reconhecimento do valor, da centralidade e da importância de Setúbal no panorama nacional, já evidentes no século XIX.

O pedido de elevação foi endereçado ao Rei D. Pedro V pela Câmara Municipal, em 1858, sustentado na relevância demográfica, económica e comercial da então vila, que se distinguia entre as mais pujantes do Reino. A sua estratégica localização geográfica, a atividade portuária intensa e o dinamismo da sociedade setubalense justificaram plenamente a distinção concedida dois anos mais tarde.

Assinalar este momento é, pois, honrar a memória coletiva da cidade, marcada por séculos de história, trabalho e resiliência. Desde as suas origens romanas até à contemporaneidade, Setúbal construiu uma identidade própria, afirmando-se como território de cultura, de indústria, de progresso e de gente determinada.

Os vereadores do PSD Setúbal prestam sentida homenagem à cidade e aos seus habitantes, reafirmando o compromisso com o seu desenvolvimento, com a justiça social e com a valorização do património material e imaterial que nos une enquanto comunidade. Que este aniversário seja inspiração para um futuro de coesão, prosperidade e dignidade para todos os setubalenses”.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25.

“Saudação

Gilberto Sousa conquista o Spring Cup Wabba

O atleta setubalense Gilberto Sousa saiu vencedor do Spring Cup Wabba, que se realizou no dia 13 de abril, no Auditório Maristas de Carcavelos.

Este evento, dedicado ao culturismo e fitness, é organizado pela Wabba Portugal – entidade representante da World Amateur Bodybuilding Association em Portugal – e é um dos principais eventos nacionais da modalidade, reunindo atletas de diversas categorias, como Men’s Physique, Classic Bodybuilding e Bikini Wellness.

Gilberto Sousa, que se estreou nesta competição, saiu vencedor em duas categorias – BB athletic +5% e BB athletic masters + 40 –, conquistando o primeiro lugar num frente a frente com atletas mais experientes.

Nesse sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Gilberto Sousa pelos resultados obtidos nesta que foi a sua primeira competição, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário do Clube de Motorismo de Setúbal

O Clube de Motorismo de Setúbal assinalou o seu 9.º aniversário no dia 13 de março.

Fundado em 2016, o Clube surgiu com o objetivo de promover o desenvolvimento do motorismo em Setúbal, sendo principal organizadora de eventos motorísticos na região, das quais são exemplo o Almada Extreme Sprint, o Rallye das Camélias e a Rampa da Arrábida.

Esta última é uma iniciativa que decorre anualmente na Serra da Arrábida, que traz, durante um fim-de-semana, centenas de pessoas, desde participantes a entusiastas do desporto motorizado.

A edição de 2024 desta prova marcou a abertura do Campeonato de Portugal de Montanha JC Group e contou com 58 inscritos na prova principal e 14 participantes na rampa regional, com um total de 72 equipas.

Em 2025, prova-rainha do desporto motorizado setubalense, tal como é conhecida, irá acontecer nos dias 4 e 5 de outubro.

Para além destas provas, o Clube também realiza iniciativas de formação comissários desportivos e cursos para novos elementos da organização, com foco em participantes locais de Setúbal.

A atividade desenvolvida por esta entidade tem-se constituído como um importante contributo para o desenvolvimento desportivo da região, preenchendo uma lacuna na oferta do desporto motorizado, mas também para o desenvolvimento económico do concelho, que beneficia consideravelmente com a atração de visitantes, em especial nos setores da hotelaria e restauração.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Motorista de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

Transmitem ainda o seu reconhecimento e agradecimento por todo o trabalho desenvolvido em benefício do concelho e região, enquanto um imprescindível parceiro do poder local para a promoção, difusão e valorização do nosso território”.

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”

Fundado em 1988, o Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada” celebrou o seu 37.º aniversário no dia 14 de abril.

Criada com o intuito de promover a preservação do chinquilha, considerado um jogo tradicional com já centenas de anos, mas também de dinamizar o Bairro da Anunciada através do envolvimento de toda a comunidade, esta coletividade transformou-se num importante espaço de partilha e convívio.

O trabalho desenvolvido pelo Grupo, em especial junto dos residentes deste bairro, mas também dos mais velhos, constitui-se como um importante contributo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, no âmbito da adoção de estilos de vida mais saudáveis, do envelhecimento ativo e do combate à solidão e ao isolamento.

Para além da sua atividade própria, esta coletividade participa ativamente na intensa vida associativa do concelho, colaborando com outras entidades do movimento associativo, bem como com o poder local, e participando assiduamente em certames como a Fest’Asso e o Festival Visigodo.

Reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local e a função social que este assume, oferecendo à população respostas em áreas como a cultura, o desporto, a juventude, entre outras, os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam o Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27.

“Saudação

25 de Abril – De cravo ao peito, caminhando em Liberdade

De cravo ao peito celebramos mais um aniversário do 25 de Abril de 1974 e recordamos a madrugada pela qual tantos esperaram.

Celebramos o dia que pôs termo ao mais longo regime autoritário na Europa Ocidental do séc. XX e que marcou o início do fim de 48 anos de profundas desigualdades e repressão.

Celebramos o desmoronar de um aparelho estatal opressor e dos seus mecanismos de subjugação, que, durante décadas, limitaram as liberdades individuais e coletivas do povo português, remetendo Portugal para um estado de estagnação decadente e putrefacto.

Celebramos 51 anos de Liberdade e todos os importantes avanços sociais, económicos e culturais que contribuíram para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, coesa e heterogénea.

Assente naquele que foi considerado um processo de transição democrática exemplar – em especial por ter sido conduzido através do envolvimento dos cidadãos e da promoção da participação cívica enquanto direito e dever, mas também como fator imprescindível para a construção de uma sociedade onde todos contam – o regime democrático foi construído por mulheres e homens que ousaram sonhar com um país melhor.

No entanto, e apesar da democracia portuguesa ser considerada uma democracia plena, não quer dizer que não enfrente desafios. Portugal tem enfrentado um contexto particularmente difícil no que concerne ao aprofundamento das desigualdades sociais, nomeadamente em áreas como a habitação.

Contudo, algo que não pode ser ignorado – e que temos vindo a referir repetidamente – é o surgimento de movimentos e partidos que ameaçam tudo aquilo que foi construído nos últimos 51 anos. Estes têm vindo a fortalecer-se, penetrando nas várias camadas da nossa vida coletiva e individual, através da normalização do discurso de ódio, usado como estratégia de difusão de desinformação, fomentando hostilidades e promovendo violência.

É nosso dever reconhecer o extremar de posições como uma ameaça real e não abstrata à Democracia, sem ignorar a responsabilidade de cada um de nós de se posicionar



inequivocamente contra tal, pugnando por exercer, de forma esclarecida, direitos e deveres que não foram dados, mas sim conquistados.

Cabe, assim, a cada um de nós celebrar Abril não só no dia 25, mas todos os dias, construindo a diariamente a Democracia.

Prestando homenagem a todas aquelas e aqueles que, desejando mudança e liberdade, desafiaram um sistema repressivo com décadas de existência e se atreveram a tornar realidade o sonho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam quem, no seu dia-a-dia, trabalha para concretizar os desígnios de Abril e salvaguardar o legado coletivo que nos foi confiado”.

“Saudação

1.º de Maio – Dia do Trabalhador

Ao longo da história, homens e mulheres, combateram por melhores condições de vida, com o objetivo de diminuir a exploração e as desigualdades para a garantia da existência de uma vida digna.

Em todo o tempo, a evolução civilizacional dos povos tem acompanhado alterações significativas no mundo laboral. As relações de trabalho entre patrões e trabalhadores têm sofrido transformações ao nível da organização; nos horários; no direito ao descanso; na realização profissional ou na progressão da carreira. Mais recente, juntou-se também a preocupação da conciliação entre a vida familiar e profissional e a dignificação do trabalhador por conta de outro.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, as relações de trabalho constituem sempre um difícil trabalho inacabado. A instabilidade política; a incerteza potenciada pelos extremismos e os conflitos armados internacionais provocados pela insanidade dificultam hoje o diálogo entre trabalhadores e empregadores.

Muito embora o contexto de incerteza apresente dificuldades acrescidas, a liberdade conquistada há 51 anos permite-nos hoje um amplo leque de possibilidades e de caminhos a seguir.

Nesse sentido, as comemorações do 25 de Abril e as homenagens aos trabalhadores pelo 1º de Maio devem ser momentos de celebração, mas também de esclarecimento e definição de caminhos para o progresso e para a coesão social.

O país deve estar focado na construção de um futuro mais justo e mais próspero para todos. A classe política deve promover um clima político estável e transparente, que permita a Portugal um novo impulso rumo ao desenvolvimento, onde o direito a habitação esteja garantido, onde o Serviço Nacional de Saúde se mantenha forte e responda às necessidades da população e onde a Segurança Social cumpra a sua missão na mitigação das desigualdades. Um novo impulso que permita aos trabalhadores receber melhores salários e com períodos de trabalho mais curtos.

A Agenda do Trabalho Digno foi, no passado recente, um passo muito importante no caminho da valorização salarial, no combate à precariedade laboral, na promoção da contratação coletiva e na conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram após a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibraram as relações laborais e que dignificaram e valorizaram os trabalhadores.

Essa conquista que marcou um ponto de viragem nas relações laborais no caminho da justiça e do equilíbrio no diálogo social não pode ser agora colocada em causa por aventureirismos ou dogmas político-doutrinários. A recente intenção de voltar a debater o banco de horas; o outsourcing; o período experimental ou a possibilidade suspensão de despedimentos pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) poderá representar um forte retrocesso nas conquistas e avanços conseguidos nos últimos anos. A liberdade é, sobretudo, responsabilidade. Retroceder nos direitos dos trabalhadores seria agravar as dificuldades de quem vive do seu salário.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na procura de direitos e da sua consolidação, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam:

- 1. Os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Setúbal, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais; e para a melhoria das condições de trabalho e de vida;*
- 2. Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais”.*

Sr. Vereador Nuno Cruz – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28.

**“Voto de Pesar
Falecimento de António Severino**

António Severino, homem trabalhador, fadista, conhecido pela sua simplicidade, voz emotiva e interpretação única do fado, deixou-nos no passado dia 5 de abril, aos 84 anos.

Figura incontornável do Fado em Setúbal, no país e no mundo, António Severino foi ao longo da sua vida um verdadeiro embaixador da alma e da identidade setubalense. Com um timbre inconfundível e uma entrega apaixonada à canção nacional, percorreu palcos e casas de fado, levando sempre consigo o nome de Setúbal, que tão orgulhosamente representava.

Homem de afetos, de causas e de cultura, António Severino contribuiu para a valorização da música tradicional portuguesa e foi, até ao último momento, um exemplo de dedicação, talento e humildade.

A sua partida deixa um vazio irreparável na vida artística e no coração de todos e todas, que com ele privaram, ouviram a sua voz ou partilharam momentos de convívio e amizade.

Ao longo do seu percurso artístico, gravou mais de 300 temas, alguns deles de autoria do saudoso António Reinho como é o exemplo da “Montanha Azul”, “Lágrimas de amor” de Luís Filipe Estrela e o eterno “Abraço a Setúbal” de Maria Emília Godinho e Leonardo Azevedo.

António Severino, foi uma figura multifacetada, pois partilhava com a sua carreira a função de distribuidor de gás e ainda era apaixonado pelo desporto, nomeadamente atletismo, tendo mesmo participado em diversos campeonatos.

Manifestamos o nosso profundo pesar pelo falecimento de António Severino, distinto fadista setubalense, cuja voz e dedicação à cultura popular marcaram gerações e enriqueceram o património imaterial da nossa terra, destacando a comunidade piscatória, as tradições e cultura das gentes do mar.

António Severino é um dos nossos e não será esquecido da nossa memória coletiva.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos, à comunidade fadista e todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Na sequência do falecimento de João Cravinho, referiu que o mesmo teve um percurso profissional e político de elevado relevo para a sociedade portuguesa.

Do seu trajeto político, destacou a ação desempenhada enquanto Ministro da Indústria e Tecnologia no IV Governo Provisório, Ministro do Equipamento Social, Planeamento e Administração do Território no I Governo liderado pelo Eng. António Guterres e, mais recentemente, as funções exercidas como Ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros no Governo liderado pelo seu camarada António Costa.

Nesse sentido, a bancada do Partido Socialista endereçou à família e aos amigos votos de pesar.

Sr. Presidente – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 31.

**“Saudação pelo Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade
19 de abril**

Assinalamos hoje, com orgulho e sentido de memória, o aniversário da elevação de Setúbal a cidade, ocorrida a 19 de abril de 1860. Desde esse marco histórico, Setúbal tem trilhado um caminho de notável crescimento e desenvolvimento, afirmando-se como uma cidade dinâmica, inovadora e profundamente enraizada na identidade e no esforço das suas gentes. Setúbal é hoje uma cidade em pleno desenvolvimento, com uma crescente relevância no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e do país. Fruto do labor, da criatividade e da resiliência dos setubalenses, Setúbal continua a afirmar-se como um polo de atratividade, modernidade e qualidade de vida, com um futuro promissor pela frente.

Com uma forte ligação ao mar, a cidade mantém viva a sua tradição piscatória, que moldou a identidade local e continua a ser um pilar económico e cultural. Setúbal é também um importante centro industrial, acolhendo algumas das maiores e mais relevantes empresas nacionais, que impulsionam a economia e criam emprego qualificado.

Além da sua pujança económica, Setúbal deixou uma marca indelével no mundo através do talento das suas gentes. De Bocage, o poeta maior da cidade, a Luísa Todí, voz lírica que encantou a Europa, passando por figuras como José Mourinho, referência mundial do desporto, ou o reputado filósofo e académico Viriato Soromenho Marques, para referir apenas dois nomes, entre muitos, que se destacam nos tempos presentes, Setúbal tem sido berço de cultura, de excelência e de talento que ultrapassa fronteiras.

Não podemos igualmente esquecer as profundas tradições operárias da cidade e a luta incansável dos seus trabalhadores, que desempenharam um papel essencial nas conquistas sociais e laborais em Portugal, contribuindo decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Celebrar Setúbal é homenagear a sua história, reconhecer o seu presente vibrante e acreditar num futuro cada vez mais próspero. Que esta data nos inspire a continuar a construir uma cidade onde todos contam, com os olhos postos no futuro, mas com orgulho na força do nosso passado.

Viva Setúbal!”

“Saudação

50.º aniversário da Revolução de Abril

Em vésperas do 51.º aniversário do 25 de Abril, que pôs um ponto final a 48 anos de ditadura, a Câmara Municipal de Setúbal saúda a Revolução dos Cravos e todos os que lutaram pela concretização e pela defesa dos seus valores.

Abril restituiu-nos a liberdade e proporcionou-nos a possibilidade de termos um papel ativo na construção da democracia, ainda que falte ainda alcançar, na totalidade, uma democracia social e económica mais justa. O 25 de Abril instituiu, finalmente, depois de quase meio século de fascismo e repressão, a democracia através do voto universal, finalmente instituído, e da eleição livre, democrática e justa dos representantes do povo no Poder Local, mas também com ações no dia a dia, nos bairros, nas empresas, ou nas coletividades.

Abril ofereceu-nos melhores condições de vida e de bem-estar, mas também nos trouxe a responsabilidade de deixarmos um legado às gerações futuras, de garantirmos que lhes deixamos uma sociedade mais evoluída, mais justa e mais solidária.

Setúbal é um bom exemplo dessa transformação democrática, uma vez que, ao longo de 51 anos de democracia, as autarquias do concelho têm sido grandes construtoras destes valores, sendo responsáveis pela melhoria generalizada das condições de vida das populações.

Comemorar o 25 de Abril é celebrar e defender as profundas transformações que a Revolução de 1974 trouxe à sociedade portuguesa. Mas é também, em simultâneo, recordar

os homens e mulheres que, no país e também em Setúbal, desafiaram a ditadura, ousando combatê-la em nome da construção de uma sociedade democrática em Portugal”.

“Saudação

1.º de Maio

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda, por ocasião da celebração do Dia do Trabalhador, todos os que se empenham na luta e exigência por mais e melhores direitos laborais, por mais e melhor justiça no trabalho e na repartição das mais-valias que gera.

A dura realidade com que se confrontam os trabalhadores portugueses está para lá das narrativas que são, hoje, repetidas incessantemente para mascarar uma realidade triste e negativa para a vida da esmagadora maioria dos trabalhadores, os únicos que continuam a pagar pelos erros cometidos por décadas de governação de alternância entre os mesmos de sempre com as políticas de costume que urge mudar.

Sem a luta responsável e consequente dos trabalhadores, sem a persistência daqueles que sabem que podemos construir um mundo melhor, a vida das pessoas seria hoje bastante pior. É a luta pacífica, criadora e progressista dos trabalhadores a principal responsável pelos enormes avanços civilizacionais que se operaram desde 1886, quando, em Chicago, os trabalhadores iniciaram ações de luta para exigir a jornada de trabalho diária com a duração de oito horas.

Neste 1º de Maio em que se comemoram os ideais que permitiram que trabalhadores de todo o mundo assegurassem direitos como as férias pagas ou a proteção social na doença e na velhice, é fundamental que se recorde que estes mesmos direitos não podem ser postos em causa e que é sempre necessário continuar atento a todas as tentativas de os limitar.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda, pois, todos os trabalhadores que participaram em Setúbal e por todo o mundo nas comemorações do 1º de Maio, como forma de continuarem a valorizar os direitos conquistados em muitas e árduas lutas laborais e sociais”.

Sr. Presidente – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32.

“Voto de Pesar

José Paz

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Paz, concessionário do bar da piscina municipal das Manteigadas durante mais de duas décadas.

A sua dedicação ao longo de mais de 20 anos, em muito dignificou e elevou a qualidade dos serviços prestados por aquele espaço desportivo e de lazer.

José Paz foi um empresário dedicado, não só no ramo da restauração, mas também em outras áreas, e uma figura estimada pela comunidade setubalense.

A Câmara Municipal de Setúbal expressa condolências à família enlutada”.

A Sra. Vereadora Patrícia Paz – Informou ser familiar de José Paz, seu primo, e associou-se ao voto de pesar apresentado, agradecendo a homenagem.

Recordou José Paz como uma pessoa humilde, de sorriso sempre presente e alegria contagiante, profundamente ligada à sua terra, da qual muito se orgulhava, nomeadamente pelas raízes familiares associadas à atividade piscatória.

Mencionou que José Paz foi autarca eleito pelo Partido Socialista na Junta de Freguesia de São Sebastião.

Lamentou a sua partida, sublinhando que não teve a oportunidade de ver concretizado o seu sonho de criação e construção, em Setúbal, de um Museu-Escola da Indústria Conserveira - um projeto destinado a preservar as tradições locais após o encerramento das fábricas.

Concluiu afirmando que Setúbal perdia uma pessoa muito estimada e que a sua família ficava mais pequena com a sua ausência.

Sr. Presidente – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33.

**“Voto Pesar
António Severino**

O fadista António Severino faleceu, no passado dia 5 de abril, aos 84 anos.

O fadista que sempre cantou Setúbal deixa um legado de temas incontornáveis nas suas referências à cidade do Sado.

Dono de uma voz característica, António Severino, que dizia que o Fado é do Povo, será para sempre recordado pela sua simplicidade, pela sua voz emotiva e pela forma única como interpretava os seus fados.

Considerado uma referência para várias gerações de fadistas, António Severino celebrou-se com temas como “O Rapaz da Baixa Maré”, “A Montanha Azul”, “Aquela Igreja” e “Senhor Natal”, entre outros, mas será o seu “Abraço a Setúbal”, o tema que mais reconhecimento lhe granjeou em vida.

Com a sua partida fica mais pobre a cultura setubalense, mas o seu legado não será esquecido por todos quantos privaram com ele ou por todos quantos escutaram os seus fados.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências à família, amigos e fãs de António Severino”.

Sr. Vereador Paulo Calado – Manifestou a sua associação a todas as saudações apresentadas, nomeadamente à saudação do 25 de Abril - data de grande importância para todos e para o país - e à do 1.º de Maio.

Associou-se, igualmente, aos votos de pesar apresentados pelas bancadas do Partido Socialista e da CDU.

O Senhor Presidente propôs a realização de um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 01/2025 - Reunião ordinária de 08 de janeiro de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

2. Projeto da Ata n.º 02/2025 - Reunião extraordinária de 15 de janeiro de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

3. Projeto da Ata n.º 03/2025 - Reunião extraordinária de 29 de janeiro de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita



4. Deliberação n.º 209/2025 - Proposta n.º 016/2025 - GAP - Relatório Anual e Contas 2024 dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que o Relatório de Contas de 2024 correspondia ao segundo ano completo de gestão dos Serviços Municipalizados, representando um ano de consolidação da organização após o período de transição e instalação.

Assinalou que, embora subsistissem matérias ainda em fase de instalação, foi necessário, no âmbito das funções atribuídas, proceder a várias alterações nas condições de trabalho dos funcionários, nas instalações, nos métodos de trabalho, nos sistemas informáticos e na adaptação à gestão pública, tendo em conta que se tratava de uma entidade oriunda do setor privado, especialmente no que respeita aos procedimentos administrativos e à contratação pública.

Destacou os importantes investimentos realizados, considerados indispensáveis ao nível da captação e transporte de água, das redes, bem como no alargamento dos sistemas de recolha de resíduos, com a implementação de novas recolhas, reforço de meios, aquisição de mais viaturas e contratação de pessoal.

Mencionou ainda alterações significativas na relação com os clientes, nomeadamente com a criação do novo Serviço de Atendimento, Apoio e Comunicação com o Cliente. Sublinhou que o período em análise foi marcado por um forte investimento, tanto nas infraestruturas de água e saneamento como nos meios de trabalho afetos à área de resíduos.

Assinalou a realização de 45 empreitadas relevantes, particularmente nas áreas do abastecimento de água e do saneamento, que abrangeram todo o concelho, desde as zonas ocidentais às orientais, incluindo a área central.

Destacou também o recrutamento de trabalhadores, que, considerando as entradas e saídas, resultou num reforço líquido de 58 novos colaboradores, sobretudo nas áreas da exploração, comercial e resíduos urbanos, sendo a maioria composta por trabalhadores operacionais.

Referiu ainda o esforço significativo realizado na área da Medicina do Trabalho, nas condições de proteção dos trabalhadores e na implementação de um novo sistema de higienização de roupas destinado aos que laboram em ambientes insalubres.

Foi elaborado um novo regulamento para a organização dos Serviços Municipalizados, com o objetivo de adequar a estrutura organizacional à nova realidade.

A frota de viaturas ao serviço das áreas de água e saneamento foi reforçada, tendo sido realizadas obras no armazém dos Ciprestes, incluindo a construção de um auditório em curso, bem como outras intervenções que seriam mencionadas posteriormente.

Procedeu-se ao processo de renovação dos contratos de aluguer de viaturas e à aquisição de novas unidades. No ano em análise, foram adquiridas cinco viaturas para a área de resíduos urbanos, de diversas tipologias, abrangendo veículos de recolha e de lavagem.

Foi ainda implementada uma nova rede de oleões para recolha de óleos domésticos, que tinha estado desativada, sendo esta iniciativa bem recebida e com grande adesão por parte da população.

Foram substituídos 880 mil contentores de 800 litros apenas naquele ano, totalizando 1.495 unidades substituídas nos últimos dois anos, o que corresponde a cerca de 60% do total existente no concelho.

A recolha de biorresíduos foi alargada, destacando-se o setor da restauração, tanto na zona central como noutras áreas da cidade.

Foi concebido um novo sistema de telegestão, dado que o anterior se encontrava obsoleto e utilizava material descontinuado. Estimava-se que a instalação do novo sistema teria início ainda antes do final do ano.

Foram desenvolvidos vários planos, nomeadamente o Plano Estratégico de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal, o Plano Municipal de Ação de Resíduos para cumprimento

do PERSU, e o Plano Estratégico da Água, este último ainda em fase de elaboração. Foram também preparados planos para a redução de descargas sem tratamento, eliminação de fossas e gestão de perdas na rede de abastecimento, todos em desenvolvimento e acompanhados de investimentos adequados.

No plano de investimentos, previa-se um montante inicial de 8.865.000 euros. Contudo, devido à impossibilidade de concretizar um empréstimo previsto, foi necessária a revisão do orçamento, fixando-se o valor final do plano em 5.847.000 euros.

Apesar dessa redução, a taxa de execução atingiu 98%, permitindo o cumprimento dos objetivos essenciais.

Entre as obras lançadas destacaram-se as captações de água em Azeitão e no Faralhão, dez obras de renovação da rede de água em Setúbal e Azeitão com o objetivo de evitar perdas, a ligação do saneamento da Estefanilha à estação elevatória das Praias do Sado, oito obras de prolongamento da rede de água e saneamento em Setúbal e Azeitão, e a reabilitação da linha de água na Quinta da Amizade, entre outras, perfazendo um total de 45 empreitadas.

Durante o ano em análise foram realizados 980 procedimentos contratuais, correspondendo a um investimento aproximado de 16 milhões de euros. A receita atingiu cerca de 27 milhões de euros, enquanto a despesa totalizou aproximadamente 26 milhões de euros. O grau de execução orçamental da receita foi de 96%, o da despesa total de 88,6%, e o do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) foi de 76%, valores considerados globalmente satisfatórios.

O resultado económico apresentado foi de 4.775.000 euros, já considerando as amortizações. Apesar do resultado positivo do conjunto das operações, a área dos resíduos urbanos apresentou novamente um défice de cerca de 900 mil euros. Considerando os 1,5 milhões de euros investidos nos resíduos, o défice totalizou aproximadamente 2,4 milhões de euros, montante esse que foi coberto através da gestão financeira integrada, pelo conjunto das operações de água e saneamento, que naquele ano não registaram prejuízo, tendo apresentado um resultado ligeiramente positivo. Em especial, o resultado positivo da operação de água permitiu cobrir o défice da operação dos resíduos urbanos.

Foi referido que foi feito um grande esforço orientado para a melhoria da qualidade do serviço, tendo sido reconhecido com o prémio atribuído pela ERSAR, não só pela qualidade da água, mas também pela qualidade geral do serviço, nomeadamente na relação com o cliente, na capacidade de explicação e na resposta prestada.

Foi ainda salientado que o relatório era muito explícito relativamente aos aspetos que decorreram favoravelmente e àqueles que registaram menos êxito, evidenciando um esforço claro para incluir toda a informação relevante. No que diz respeito aos aspetos positivos, estava previsto um reforço com vista à sua melhoria contínua e, relativamente aos aspetos menos favoráveis, estava identificado o esforço direcionado para a sua correção.

Foi destacado o trabalho notável do grupo de trabalhadores, cuja atuação foi considerada fantástica. Referiu-se que as áreas de água, saneamento e resíduos funcionam 24 horas por dia, sendo necessário dispor de piquetes, equipas no terreno e capacidade de resposta rápida, especialmente em situações de roturas de água, com o objetivo de evitar longas interrupções ou mesmo o esvaziamento dos depósitos, o que poderia comprometer o abastecimento.

Sublinhou-se o esforço contínuo para corrigir as anomalias detetadas com rapidez e agilidade, de modo a impedir cortes no fornecimento de água.

Foi também mencionado que, nesse período, contaram com a capacidade e o apoio da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, que se mostraram sempre disponíveis para tomar decisões - algumas delas muito em cima do prazo e de forma rápida -, agradecendo-se esse grande contributo, considerado essencial para o bom funcionamento dos Serviços Municipalizados.

Acrescentou-se ainda que havia uma colaboração diária, permanente e constante com as juntas de freguesia, que atuavam como os “olhos no terreno”, ajudando na identificação de situações que, de outro modo, poderiam passar despercebidas. As juntas faziam chegar essa informação aos serviços e apresentavam muitas propostas concretas de melhoria, as quais eram acolhidas em reuniões regulares e através de outros mecanismos de comunicação.

Foi também expressado um agradecimento aos munícipes de Setúbal e Azeitão que, apesar de apresentarem reclamações, dificuldades e situações que nem sempre corriam tão bem quanto desejariam, demonstraram uma profunda compreensão acerca da importância da existência dos serviços e do serviço público. Destacou-se ainda a perceção positiva das vantagens resultantes do regresso da água e do saneamento à gestão pública, com as pessoas a sentirem claramente essas melhorias.

Referiu-se que já tinham sido aplicados aumentos nas tarifas da água, ajustados à inflação, bem como nos resíduos. Contudo, conforme indicado na página 96, verificava-se que, apesar desses aumentos, a tarifa atual para o consumo médio habitual de dez metros cúbicos era inferior à tarifa de 2022, no caso da tarifa geral. Quanto à tarifa social, apesar dos aumentos, esta situava-se 33% abaixo, na fatura, do valor equivalente em 2022. Salientou-se ainda a noção de que, sem os Serviços Municipalizados, os valores das faturas estariam, em vez de 33% abaixo, entre 40% a 60% mais elevados. Considerou-se importante manter essa tarifa mais baixa, mesmo com a evolução do tempo.

Foi referido que, no caso do saneamento, o custo com a Simarsul era muito elevado. Do total aproximado de nove milhões de euros em custos no setor, quase seis milhões correspondiam à Simarsul. Destacou-se que a tarifa era paga religiosamente, rondando os cinco milhões de euros anuais, tendo aumentado para cerca de seis milhões naquele ano específico devido à cobrança adicional relativa à chuva. Explicou-se que, em períodos de maior pluviosidade, com afluições indevidas, a Simarsul cobrava esse valor extra.

Foi ainda mencionado que a tarifa da Simarsul incluía não só o tratamento do saneamento, mas também o investimento. Contudo, até ao momento, nenhum investimento tinha sido realizado, sendo que, segundo o plano da Simarsul, o investimento estava previsto apenas a partir de 2026 - quatro anos após a entrada na Simarsul. Considerou-se que esta era uma questão a aprofundar, especialmente porque o sistema em alta do saneamento era da responsabilidade integral da Simarsul, ao contrário do sistema em alta da água, cuja responsabilidade era da Câmara, que estava a realizar investimentos nessa área.

Foi feita referência à situação diferenciada dos resultados das várias áreas, destacando-se que a água apresentou um resultado positivo de três milhões e trezentos mil euros, o saneamento um saldo positivo de duzentos e vinte e nove mil euros, enquanto os resíduos urbanos registaram um défice de novecentos e oitenta e nove mil euros, acrescido de um investimento de mais de um milhão e duzentos mil euros que a operação não cobria.

Considerou-se importante, do ponto de vista da contabilidade patrimonial e da análise financeira, que indicadores como a solvabilidade, autonomia financeira, cobertura do imobilizado pelo património, peso do imobilizado no ativo, liquidez geral e rácio de endividamento eram muito positivos para os serviços.

Salientou-se ainda que, com a consolidação das contas com a Câmara Municipal, esses resultados positivos dos Serviços Municipalizados iriam contribuir para a melhoria das próprias contas da Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o ano de 2024 tinha sido, efetivamente, um ano de estabilização na operação dos Serviços Municipalizados, após a sua reativação em dezembro de 2022 e a compreensível curva de aprendizagem que caracterizou 2023. Consideravam, por isso, que seria expectável que o registo de 2024 se apresentasse mais robusto em vários fatores relevantes.

Referiu, em primeiro lugar, o colossal volume de perdas de água no sistema, que continuava a verificar-se. Sendo um problema antigo e reconhecido, indicou que já tinha sido identificado como uma prioridade de intervenção. Recordou que, no ano anterior, já se tinha abordado esse tema, e por isso era de esperar uma intervenção e uma execução do investimento associada, de dimensão muito superior àquela que o relatório traduzia.

Considerou inaceitável que, num sistema que registava perdas crescentes todos os anos - com perdas totais de 32,3% na rede e que atingiam 45,9% na zona de Azeitão -, se continuasse a encarar a reabilitação das redes como um custo de reduzido proveito.



Sublinhou que a falta de investimento na rede de distribuição de água acarretava custos que poderiam parecer negligenciáveis, como o da energia utilizada na captação ou o da desinfecção com hipoclorito de sódio. Contudo, destacou que as horas de trabalho dedicadas à constante reparação de ruturas, bem como os meios materiais utilizados, impunham uma perceção diferente.

Acrescentou que, a isso, acrescia a identificação já feita dos pontos negros das ruturas, sem que fosse conhecido um plano de intervenção robusto para a renovação da rede de abastecimento, particularmente nas localizações identificadas.

Foi observado que, apesar de praticamente todos os arruamentos com ruturas terem sido sinalizados no ano anterior, o número de ocorrências em 2024 aumentara. Em alguns casos, a reincidência era tão elevada que, ao longo do ano, era mais provável que os moradores se cruzassem com um piquete dos Serviços Municipalizados do que com o próprio carteiro.

Foi dado como exemplo o caso da Rua Alexandre Cabral, em Azeitão - uma rua com 112 metros de extensão - onde se registaram 10 ruturas em 2023 e 32 em 2024, passando-se de uma média de quase uma rutura por mês para mais de uma a cada duas semanas.

Sublinhou-se que esse problema implicava um custo de difícil contabilização: o custo social e reputacional do desperdício e da falha no seu combate, questão já referida no ano anterior.

Foi também registado com preocupação o crescimento do passivo corrente, que ascendia a mais de cinco milhões de euros - um aumento de 38%, sustentado por dívidas a fornecedores. A expressiva queda do resultado líquido do período, alicerçada na redução do resultado operacional, criava limitações para um serviço que exigia investimento permanente.

Dessa prestação de contas resultava, assim, a necessidade imperiosa de reforçar o investimento, com particular enfoque na reabilitação da rede de água e na expansão da rede de saneamento básico - um investimento que, embora em avanço em alguns pontos do concelho, ainda tardava em concretizar-se na extensão necessária para cobrir as necessidades de todo o território.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Agradeceu as questões colocadas pelo senhor Vereador Joel Marques e manifestou grande satisfação por este ter centrado a atenção num assunto que muito os preocupava e que estava expresso no relatório. Presumiu que, em relação ao conjunto das outras questões, não haveria mais observações a levantar, concordando que o processo estava a decorrer bem.

Referiu que, ao consultar o relatório anterior, era possível verificar que existia um conjunto de ruas - onze ou doze - com ruturas constantes. Essas ruas tinham desaparecido do relatório atual, sendo substituídas por outras, o que considerou natural, uma vez que, entretanto, tinham sido realizadas intervenções significativas, com um investimento de quase dois milhões de euros nas redes de distribuição.

Explicou que as perdas de água não se deviam apenas ao que era visível na rede de distribuição, mas que, na verdade, a principal origem dessas perdas estava na rede de adução. Por isso, salientou a necessidade de realizar uma intervenção para implementar um sistema de deteção profunda de ruturas - aquelas que não eram visíveis. Referiu que já tinham intervindo em várias dessas situações, que representavam perdas de água significativas.

Acrescentou que estavam a fazer esforços no sentido de intervir nas adutoras, dando como exemplo um caso concreto em Azeitão. Informou que existia a adutora entre Pinhal de Negreiros e Bassaqueira, com cerca de seis quilómetros, responsável pelo abastecimento do depósito da Bassaqueira, e também a adutora para São Domingos, que abastecia o respetivo depósito e, posteriormente, Azeitão. Explicou que enfrentavam uma dificuldade naquela zona, que causava ruturas recorrentes, e que o problema não se resolveria enquanto não fosse solucionada a causa principal: o subdimensionamento da adutora face às necessidades de abastecimento de água.

Explicou que era necessário introduzir uma pressão dentro dos limites da capacidade da adutora, o que, por sua vez, permitia introduzir a pressão adequada nas redes e assegurar o rápido enchimento do depósito da Bassaqueira, que se revelava insuficiente. Informou que

existia um projeto para a construção de um novo depósito de grande dimensão naquela localização.

Referiu que o depósito de São Domingos se mostrava insuficiente e que, nesse sentido, estava previsto um novo projeto para a sua substituição, bem como a construção de uma nova adutora entre a Bassaqueira e São Domingos.

Foi acrescentado que este investimento seria da ordem dos sete milhões de euros e que, numa fase subsequente da reunião, seria abordada a contratação de um empréstimo destinado a viabilizar a execução da adutora Pinhal de Negreiros - Bassaqueira.

Salientou que, ao dotar a adutora de maior capacidade, em consonância com a elevada capacidade de captação já existente, mas não acompanhada por correspondente capacidade de adução, passariam a existir condições para encher os depósitos com maior rapidez e garantir o abastecimento de água. Ressalvou, contudo, que tal solução implicaria, conforme já referido, um aumento da capacidade dos depósitos, tendo em conta que as captações e a adutora estavam a funcionar praticamente 24 horas por dia, quando idealmente deveriam operar apenas 12 horas. Sublinhou que se tratava de um investimento bastante significativo.

Referiu que situação similar se verificava relativamente à ligação Faralhão-Bela Vista, explicando que, neste caso, estava prevista a criação de um bypass entre as ligações de Algeruz e Pinhal das Espanholas, o que permitiria, em situações de fraca adução a partir do Faralhão, compensar por meio dessas ligações.

Acrescentou que a questão central relativa às perdas de água residia nas chamadas perdas profundas, sendo que a resolução da adutora permitiria solucionar grande parte desses problemas. Informou, ainda, que a intervenção de reabilitação das redes de distribuição seria mantida.

Referiu que o Governo anunciou um projeto designado “Água que Une”, o qual contempla uma série de objetivos e um conjunto de intervenções físicas no território. Explicou que, no que concerne ao sistema em baixa - ou seja, à distribuição de água aos municípios - não estava previsto qualquer apoio financeiro, tendo sido atribuído um montante de zero euros.

Afirmou que todo o plano “Água que Une” previa investimentos exclusivamente para a EPAL, excluindo os municípios. Acrescentou que esta era uma questão já por eles levantada, entendendo ser fundamental existir uma resposta concreta também para a rede em baixa e para a rede de distribuição.

Justificou tal necessidade com o facto de, a nível nacional, a média de perdas de água superar os 20%, chegando mesmo aos 30% em alguns casos, evidenciando a necessidade de investimento em todo o país. Argumentou que, caso os municípios não estivessem a investir no território nacional, tal se devia à insuficiência de recursos financeiros disponíveis. Assim, defendeu que, face à existência de fundos comunitários e de um plano nacional, deveria ser obrigatório o investimento nos municípios, através da disponibilização de verbas e recursos financeiros, permitindo-lhes reforçar o investimento nas redes e reduzir as perdas de água.

Foi dado como exemplo concreto a situação da Rua de Marrocos, já mencionada anteriormente. Explicou que essa rua abastecia a parte superior do Casarão e, posteriormente, toda a zona ocidental de Setúbal. Referiu-se a existência de uma adutora muito antiga, que já tinha rebentado, salientando que não se poderia esquecer a concessão de 25 anos que permitiu a degradação do sistema instalado.

Observou-se que a adutora rompeu, tendo sido efetuada a reparação, mas que pouco tempo depois voltou a romper. Relatou-se que, por volta das nove horas da noite, já se encontrava pessoal no local a resolver a situação, e que, após novo rompimento, entre as duas e as três horas da manhã, a intervenção foi novamente necessária. Questionou qual seria, afinal, a solução para uma situação daquela natureza, respondendo que a única solução viável seria a substituição integral da adutora.

Acrescentou que foi precisamente essa a intervenção realizada, conseguindo executá-la com alguma rapidez, pois na altura dispunham de meios adequados para o efeito. Destacou, contudo, que intervenções desse tipo exigem investimentos da ordem de milhões de euros.

Estimou que seriam necessários entre 30 a 40 milhões de euros para dar resposta a várias necessidades identificadas, nomeadamente a eliminação de afluências indevidas, a criação de rede separativa nas zonas mais antigas da cidade, entre outras intervenções. Concluiu que existe um trabalho imenso a ser realizado ao longo dos próximos 20 anos - ou período aproximado - com o objetivo de recuperar o atraso acumulado durante os 25 anos da concessão.

Explicou que, naquele momento, dispunham de adutoras e outros equipamentos de água e saneamento construídos pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, cerca de uma década antes da concessão - ou até mais -, os quais nunca tinham sido devidamente mantidos desde então. Destacou que cabia atualmente não só realizar a manutenção do que não foi cuidado durante esse período, como também proceder à renovação dessas infraestruturas e à construção de novas redes.

Como exemplo, mencionou a intervenção em curso na zona das Pontes, onde está a ser implementada uma nova rede de saneamento. Informou que a primeira fase já se encontrava concluída, a segunda estava em execução e que a terceira teria início no final do corrente ano.

Acrescentou que o relatório continha outros aspetos que evidenciavam situações ainda por resolver, considerando-se que esse era precisamente o papel do relatório: permitir a todos analisar e compreender o que estava a acontecer, bem como perceber as propostas apresentadas.

Reforçou que a proposta apresentada representava um investimento de grande envergadura. Adiantou que, após a discussão do empréstimo a ser abordado de seguida, caso este fosse aprovado e o município adquirisse nova capacidade de endividamento, certamente avançariam com mais um empréstimo, permitindo assim ampliar o investimento.

Foi referido que os Serviços Municipalizados, com os seus próprios meios, tal como quaisquer outros serviços do mesmo género, não conseguiam dar resposta a todas as necessidades de investimento, necessitando, naturalmente, da capacidade de endividamento para poderem investir.

Terminou agradecendo o contributo do Senhor Vereador.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que, ao falar das ruturas, o topo das ocorrências estava apresentado de forma clara no relatório, mas que não correspondia à verdade afirmar que as ruas fossem todas diferentes. Explicou que, no topo 12 de 2023, três ruas - Estrada das Machadas, Rua do Progresso e Rua do Paraíso - saíram da lista, entrando duas outras - Travessa do Vale da Roupa e Estrada do Vale da Rasca -, passando assim a existir um topo 11, em vez de um topo 12.

Acrescentou que o relatório evidenciava a existência de determinados arruamentos com ruturas recorrentes, alguns de extensão relativamente pequena. Referiu, como exemplo, a Rua Alexandre Cabral, manifestando dificuldade em compreender como, numa extensão de apenas 112 metros, ocorreram 32 ruturas num só ano, tendo-se registado 10 no ano anterior.

Questionou, assim, por que razão a intervenção de reabilitação daquela rede, naquele local, continuava a tardar. Acrescentou que existiam ainda outras ruas, com maior ou menor extensão, onde as ruturas persistiam de forma sistemática ao longo do tempo.

Destacou, por fim, que esses pontos negros tinham sido identificados como tais no relatório em análise, assim como no relatório do ano anterior, e questionou o motivo pelo qual a intervenção continuava a atrasar-se. Considerou que este era um ponto que merecia atenção mais aprofundada, o que, na sua opinião, também seria reconhecido pelo Senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que o Senhor Vereador, naturalmente, teria tomado conhecimento de todos os investimentos já realizados, dos projetos em curso e daqueles que estavam prestes a ser lançados.

Acrescentou que as perdas de água na operação não eram particularmente relevantes do ponto de vista económico, mas sim do ponto de vista ambiental. Explicou que, por vezes, para resolver uma rutura cujo custo era de 10 mil euros, seria necessário investir entre 50 a 100 mil euros, exigindo isso uma gestão equilibrada entre custos e prioridades.

Alertou, contudo, que, caso não avançassem com determinadas intervenções, algumas ruturas continuariam a ocorrer e, com o tempo, surgiriam outras ainda mais graves, que teriam de ser resolvidas com urgência. Salientou que não se tratava de um processo simples, como *“fez obra, reduziu a perda, estava no céu”*, mas sim de um processo em que, após obras para redução de perdas, podiam surgir outras ruturas, por vezes mais graves, que exigiam prioridade de intervenção.

Referiu que se tratava de um processo bastante difícil, que exigia investimento prolongado no tempo. Salientou que essa realidade já tinha sido identificada, o que permitia ao Senhor Vereador fazer as observações apresentadas, dado que a situação estava devidamente evidenciada, e que continuariam a trabalhar para a sua resolução.

Sr. Presidente – Reconheceu a preocupação manifestada pelo Senhor Vereador Joel Marques relativamente ao problema das perdas de água nas condutas. Sublinhou que não se tratava de um problema exclusivo de Setúbal, mas sim de uma questão de âmbito nacional, como tantas vezes já fora salientado, dada a importância da água e a elevada percentagem de perdas que continuava a verificar-se.

Recordou que os Serviços Municipalizados tinham sido recriados a 18 de dezembro de 2022, ou seja, há apenas dois anos, período durante o qual se iniciou a sua instalação e a criação de capacidade financeira para intervenção.

Embora não se colocassem em causa os dados apresentados pelo Senhor Vereador, considerou importante lembrar que, nos últimos 20 anos, a gestão esteve a cargo de uma empresa concessionária, no âmbito de uma decisão do Partido Socialista. Sem pretender atribuir toda a responsabilidade a essa empresa, referiu que, se durante duas décadas não se realizou a devida manutenção nem a substituição da rede, seria natural que, passados aqueles anos, os níveis de perdas atingissem os valores atualmente verificados.

Sublinhou que, apesar de os Serviços Municipalizados existirem apenas há dois anos, os resultados observados, embora preocupantes, têm raízes num problema de longa duração que não afeta apenas Setúbal, mas que é de âmbito nacional. A origem desses resultados reside, em grande parte, no estado de conservação da rede e na falta de manutenção ao longo dos 20 anos anteriores, sendo que muitas das infraestruturas possuem cerca de 50 anos de existência. Sem uma intervenção adequada nesse período, a degradação atual era previsível.

Tal como já referido pelo Senhor Vereador Carlos Rabaçal, existe uma programação para as intervenções. Os dados constantes no relatório, elaborado pelos Serviços Municipalizados, refletem de forma transparente a situação e identificam claramente as zonas que carecem de intervenção urgente, como seria de esperar.

Concluiu reafirmando a intenção de repor o contexto da situação, de modo a evitar dúvidas quanto à responsabilidade - ou corresponsabilidade - relativamente aos problemas em discussão.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que, no que diz respeito às perdas de água, era importante distinguir entre perdas reais e aparentes.

Informou que fora criada uma equipa interna, composta por pessoal das áreas financeira, comercial, operacional e de projeto, com o objetivo exclusivo de acompanhar as perdas de água.

Foi identificado recentemente um problema relacionado com a existência de contadores muito antigos - alguns em estado bastante grave - tendo-se detetado, em certas zonas, através de estudos diretos, um conjunto de perdas comerciais que correspondiam a perdas aparentes. Após a realização de obras, constatou-se que os valores não se alteravam, o que indicava que o problema residia nos contadores.

Por esse motivo, encontrava-se em curso uma substituição massiva de milhares de contadores, incluindo a instalação de contadores inteligentes com sistema de telegestão, que permitiriam a leitura à distância.

Embora não existissem dados exatos, tinha-se a certeza de que grande parte das perdas registadas correspondia, na verdade, a perdas aparentes. Sublinhou que, apesar do esforço realizado em termos de obras - uma vez que havia avaliação da perda de água nessas intervenções -, os resultados ainda não eram muito visíveis, justamente devido à questão dos contadores.

Manifestou a expectativa de que, dentro de um a dois anos, conjugando as obras com a substituição massiva dos contadores, seria possível obter uma visão mais clara das perdas de água.

Por fim, referiu que, na Península de Setúbal, a situação não era tão complexa quanto em outros municípios, onde a água é adquirida a preços elevados e posteriormente desperdiçada. Em Setúbal, a água era extraída do solo a um custo significativamente mais baixo, o que, felizmente, permitia disponibilizar água a um preço mais acessível.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que escutara atentamente a intervenção do Senhor Vereador e que, ao ouvir o início do seu discurso, ficou com alguma preocupação. Após a enumeração dos investimentos que vinham sendo realizados, feita pelo Senhor Vereador Carlos Rabaçal, interpretou que o Senhor Presidente poderia vir a afirmar que, nos dois anos decorridos desde a reativação dos Serviços Municipalizados, ainda não teria havido oportunidade para a concretização de qualquer intervenção, sendo essa, de facto, a sensação inicialmente transmitida.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente, salientou que, dos 25 anos de concessão das Águas do Sado, 22 ou 23 decorreram sob gestão da CDU, tendo-se assistido, nesse período, a uma manifesta falta de controlo sobre a concessão, bem como ao acumular de uma dívida que atingiu os trinta milhões de euros.

Questionou quando - e se - esse montante viria a ser totalmente recuperado, sublinhando que tal seria fundamental para permitir a realização das intervenções necessárias nas redes.

Foi ainda referido que, se atualmente se verificava uma queixa generalizada quanto à falta de recursos financeiros para a realização das intervenções necessárias, e se recorria ao financiamento externo para permitir maior investimento nos Serviços Municipalizados, tal também se devia à gestão da CDU ao longo dos anos da concessão. Considerou que essa gestão se revelou incapaz de assegurar a cobrança dos montantes devidos pelas Águas do Sado.

Acrescentou, igualmente, que, na proposta de revisão do contrato de concessão - que incluía anotações à margem bem conhecidas e que foram objeto de apreciação em reunião de Câmara - constavam observações que permitiriam à Câmara Municipal justificar obras que não correspondessem, efetivamente, às intervenções prioritárias e necessárias para a reabilitação das redes.

Concluiu referindo que, no que dizia respeito às responsabilidades relativas à gestão da água, que havia sido concessionada - prática comum em muitos concelhos do país - há 27 anos, considerava que a discussão sobre a gestão dessa concessão ao longo de 22 ou 23 anos estava devidamente esclarecida, uma vez que existiam responsabilidades claras nesse domínio.

Sublinhou que havia responsabilidades significativas relativamente à dívida acumulada durante esse período e que os sucessivos executivos municipais da CDU, nos quais se incluía o Senhor Presidente, detinham uma quota-parte considerável de responsabilidade pelos acontecimentos e decisões tomadas ao longo desses anos.

Sr. Presidente – Agradeceu ao Senhor Vereador as considerações apresentadas, que considerou pertinentes e merecedoras de reflexão. No entanto, salientou que o contrato de

concessão, para além da decisão política que determinou a sua celebração, foi elaborado e aprovado pelos órgãos de gestão municipal então liderados pelo Partido Socialista.

Acrescentou que foi com base nesse contrato que a autarquia acompanhou toda a gestão da concessão ao longo dos anos.

Como exemplo elucidativo da forma como o referido contrato permitia à entidade concessionária tomar decisões orientadas para o seu próprio interesse, referiu a insistência da Câmara Municipal para que fosse realizada a obra de abastecimento de água e saneamento entre a Mourisca e as Pontes. Recordou que a resposta das Águas do Sado, já tornada pública, foi que essa intervenção não constituía uma prioridade para a empresa.

Informou que a obra em causa se encontrava atualmente em execução, prevendo-se a sua conclusão até aos meses de outubro ou novembro, graças à intervenção dos Serviços Municipalizados, após a sua criação e instalação, sob a atual gestão da Câmara Municipal. Considerou tratar-se de um bom exemplo que demonstrava, de forma clara, os resultados da atual atuação, e que contrariava a argumentação anteriormente apresentada pelo Senhor Vereador relativamente à gestão.

Esclareceu ainda, para que não subsistissem dúvidas quanto às afirmações proferidas, o que efetivamente tinha sido o período de 25 anos de concessão. Referiu que, entre 2011 e 2012, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) realizou uma avaliação à gestão das Águas do Sado e à Câmara Municipal de Setúbal, enquanto entidade responsável pelo acompanhamento da concessão. Assinalou que, nessa altura, já era público o conflito existente relativo ao pagamento da renda pela concessionária. Segundo a interpretação contratual assumida pela autarquia, as Águas do Sado estavam obrigadas ao pagamento da referida renda, o que a empresa não cumpria.

Informou que o relatório da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) veio confirmar a razão da posição defendida pela Câmara Municipal de Setúbal, determinando que a concessionária Águas do Sado deveria proceder a um aumento significativo da renda paga à autarquia. Sublinhou que essa exigência tinha sido reiteradamente colocada pela Câmara Municipal à concessionária, que, no entanto, manteve a sua posição inicial e recusou-se a atualizar os valores da renda, em clara contradição com a orientação expressa pela entidade reguladora competente.

Explicou que a situação se agravou progressivamente, tendo culminado, em 2016, com a sua apresentação ao Executivo Municipal. Face à gravidade do impasse e à impossibilidade de continuar a exercer eficazmente a função de acompanhamento da concessão naquela conjuntura, decidiu solicitar escusa dessa responsabilidade. Esclareceu que tal decisão se encontra devidamente documentada e registada nos arquivos oficiais da Câmara Municipal de Setúbal.

Referiu que, tendo acompanhado durante vários anos o processo de concessão, compreendia a importância de permitir que a empresa concessionária refletisse adequadamente sobre a situação, avaliando os meios e condições necessários para cumprir com as obrigações de pagamento reconhecidas pela entidade reguladora que supervisionava a concessão dos serviços de água. Considerou que essa reflexão era essencial.

Enquanto responsável que acompanhou diretamente o processo ao longo do tempo e face às sucessivas insistências junto da concessionária sem obtenção de resultados, entendeu que já não se encontravam reunidas as condições para continuar a exercer essa função de acompanhamento. Por esse motivo, apresentou o seu pedido de escusa, o qual foi aceite pelas instâncias competentes. Esclareceu que tal decisão se encontra formalmente registada em documentos da Câmara Municipal de Setúbal.

Quis deixar a situação bem clara, de modo a que não subsistissem dúvidas quanto ao processo. Sublinhou que, em essência, tudo o que se verificara resultava do facto de existirem forças políticas, como o Partido Socialista, que entendiam que a gestão privada da água e dos resíduos constituía uma boa solução. No entanto, afirmou considerar que essas matérias eram fundamentais para a vida e para a saúde pública, devendo, por esse motivo, ser geridas por entidades públicas.



Apontou como exemplo revelador a situação da AMARSUL, cuja realidade era bem conhecida por todos os municípios da Península de Setúbal, e resultava da imposição exercida por aquela entidade - detida maioritariamente por capitais privados - sobre os municípios. Considerou que tal situação evidenciava que a concessão dos serviços de água em Setúbal, promovida pelo Partido Socialista, constituía um erro. Os efeitos dessa decisão ainda se faziam sentir, nomeadamente através da avançada degradação das redes de abastecimento, conforme já havia sido salientado pelo senhor Vereador Joel Marques. Sublinhou que essa realidade não podia, naturalmente, ser revertida de um dia para o outro.

Recordou que os Serviços Municipalizados foram criados em 18 de dezembro de 2022, estando ainda em processo de instalação. Apesar das limitações existentes, considerou que já fora possível concretizar um conjunto significativo de intervenções, sendo o objetivo, naturalmente, continuar a fazer cada vez mais e melhor, dentro das possibilidades existentes.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que o mais relevante, naquele momento, era olhar para o futuro, salientando a decisão recente, tomada por unanimidade pela Câmara Municipal, de fazer regressar aos Serviços Municipalizados a competência em causa. Considerou, contudo, importante recordar que a CDU e o Partido Comunista Português haviam contestado a concessão aquando da sua implementação, promovida pelo Partido Socialista, então em gestão, que entendeu ser essa a melhor solução. Assinalou ainda que, em contexto de campanha eleitoral, esses partidos prometeram aos setubalenses resgatar o referido contrato.

Contudo, com o passar do tempo, entenderam que esses mesmos partidos acabaram também por desenvolver uma forte ligação à empresa concessionária e ao contrato, sendo que apenas recentemente essa "paixão" cessou, culminando no regresso dos serviços à esfera da Câmara Municipal. Acrescentou que, durante um largo período, a gestão da concessão decorreu aparentemente de forma satisfatória.

Recordou que, no mandato de 2009/2013, o Senhor Presidente, então Vereador, participou numa reunião de Câmara que teve de ser interrompida devido a uma proposta apresentada por aquele executivo. Referiu que o documento em questão não estava em formato PDF, mas sim em Word, e não se encontrava truncado. As anotações trocadas entre a Câmara Municipal e a empresa Águas do Sado - denominadas como "cartas de amor" - ficaram expostas a todos os presentes.

Destacou que, numa dessas trocas de correspondência, podia ler-se a seguinte passagem: *"esta é a redação que melhor protege a senhora Presidente, de eventuais questões que a oposição possa levantar sobre obras que nada tenham a ver com água e saneamento"*.

Comentou que, ainda hoje, desconheciam quais foram as obras e as receitas em questão, que deveriam ter sido aplicadas de acordo com o contrato, mas que terão sido desviadas para outros fins.

Sublinhou que essas "juras de amor" motivaram a interrupção da reunião de Câmara e que, na ocasião, chegou a ser apresentado um pedido de desculpas pela divulgação de conteúdos que não se destinavam à leitura da oposição, mas que, por descuido ou negligência, acabaram por lhes ser transmitidos.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente, pediu que não afirmasse que tudo tinha corrido mal, pois, de facto, houve aspetos que decorreram bem. Sublinhou que a Câmara Municipal, sob o executivo da CDU, que deteve maioria absoluta durante muitos anos, manteve uma relação muito próxima com a empresa Águas do Sado - relação essa que resultou, inclusive, naquele tipo de afirmações e trocas de correspondência entre um alto quadro da empresa Águas do Sado e o executivo municipal da Câmara de Setúbal, então liderado pela CDU.

Sr. Presidente – Disse que o Senhor Vereador, ao formular os seus argumentos, utilizava a linguagem que mais lhe convinha. Considerou muito interessante a expressão "cartas de amor", usada pelo Senhor Vereador, mas lembrou que, há pouco tempo, estivera a questionar, a propósito do contrato de comodato, se haveria intenção de enviar alguma informação ao Ministério Público. Acrescentou que o próprio Senhor Vereador também não

tinha tomado qualquer iniciativa nesse sentido, insinuando que talvez fosse conivente com a situação em causa.

Esclareceu que respondia apenas pelos seus próprios atos e que, relativamente ao que havia respondido ao Senhor Vereador Joel Marques, o fizera com o intuito de ser claro, transparente, responsável e rigoroso, para que não restassem dúvidas.

Referiu ainda que as declarações feitas pelo Senhor Vereador, naquele momento, levantavam dúvidas a todos: "*e já agora o senhor veja lá o que é que pode fazer com isso, ou o que é que deve fazer com isso.*" Reiterou que não tinha conhecimento do assunto em questão, nem qualquer envolvimento.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou como poderia o Senhor Presidente afirmar que não tinha conhecimento, tendo ele próprio estado presente naquela reunião.

Sr. Presidente – Afirmou que tudo o que fizera, quando entendeu ser necessário, estava devidamente claro, constava em ata e era público.

Comentou que o senhor Vereador agora mencionava "*cartas de amor*" e que, naturalmente, quem fazia declarações dessa natureza deveria assumir a responsabilidade por elas. Por isso, considerava que o senhor Vereador devia assumir essa responsabilidade.

(Intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Acrescentou que, fossem juras ou cartas, isso seria o que o senhor Vereador quisesse chamar. No entanto, frisou que essa era uma questão do próprio Vereador e não sua. Pediu que não lhe fossem imputados problemas alheios, defendendo que cabia ao senhor Vereador resolvê-los, sem transferi-los para os outros.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o dia 14 de fevereiro já tinha passado. Referiu que, relativamente ao processo contra a empresa Águas do Sado, a Câmara Municipal acionou a garantia, que foi contestada pela empresa, mas o tribunal lhes deu razão. Acrescentou que, conforme era do conhecimento de todos, a Câmara recorreu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) para requerer os contratos de FEES de gestão, mas estes não foram entregues. A CADA fixou o prazo de dez dias para entrega dos documentos. Diante da recusa, a Câmara apresentou queixa no Tribunal Administrativo de Almada, que determinou a entrega dos contratos no mesmo prazo. No entanto, a empresa não cumpriu a decisão e interpôs recurso junto do Tribunal Administrativo de Lisboa.

Informou que o Tribunal Administrativo de Lisboa decidiu que a empresa Águas do Sado não estava obrigada a entregar os documentos. Contudo, a Câmara recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, que possui uma equipa especializada para receber e deliberar sobre recursos. Esta equipa deliberou favoravelmente à Câmara Municipal de Setúbal, obrigando assim a empresa Águas do Sado a entregar os contratos dos FEES de gestão, contratos esses que permitiam a transferência de verbas para os acionistas. Comentou que a empresa chegou a afirmar, após a deliberação do Supremo Tribunal Administrativo, que este se teria enganado na interpretação da lei, o que foi considerado uma demonstração de algum descaramento. Sublinhou que, apesar disso, o Supremo confirmou a decisão anteriormente tomada.

Acrescentou que a razão pela qual a empresa Águas do Sado fez um esforço tão significativo para impedir o acesso aos contratos dos FEES de gestão foi precisamente para evitar que esses contratos fossem utilizados como instrumentos de prova no processo em curso no Tribunal Arbitral, que a Câmara tinha acionado. Embora tenham conseguido impedir que esses contratos fossem aceites como prova formal, não conseguiram impedir que chegassem ao Tribunal antes da deliberação. Referiu que esses contratos evidenciavam que a Câmara tinha razão, demonstrando a existência de transferências indevidas de dinheiro das Águas do Sado para os respetivos acionistas. Apesar de não serem considerados prova, eram

informações que, para quem estava a par dos fatos, faziam toda a diferença no contexto da deliberação do Tribunal.

Informou que o Tribunal Arbitral havia solicitado duas prorrogações de prazo, as quais foram concedidas, prevendo-se que a deliberação ocorresse, se tudo decorresse conforme o previsto, entre os dias 23 e 25 de maio. Manifestou confiança num desfecho favorável para a Câmara Municipal, embora reconhecesse que a decisão cabia unicamente ao Tribunal.

Relativamente aos Serviços Municipalizados e ao regresso à gestão pública da água, referiu que, para além dos casos de Mafra e Setúbal, também os municípios de Paredes e da Batalha já haviam concretizado esse retorno. Acrescentou que outros municípios estavam igualmente a estudar essa possibilidade, face à gravidade da situação que enfrentavam.

Sublinhou que esta tendência acompanhava uma orientação internacional das Nações Unidas, expressa no seu relatório anual sobre a água, que reiterava que a única forma de garantir a acessibilidade universal à água, em condições de dignidade e de forma plena, era através da gestão pública. Concluiu frisando que esta não era uma questão ideológica, mas uma questão de lógica racional elementar, centrada na garantia do acesso da população à água, enquanto bem essencial à vida, em condições adequadas.

Mencionou que, no que respeitava aos resíduos, o relatório indicava que a tarifa praticada não cobria os custos de exploração, registando-se um défice de aproximadamente dois milhões de euros entre os encargos de exploração e os investimentos realizados. Informou que existia ainda um outro défice, este da responsabilidade da Câmara Municipal, decorrente da gestão do contrato relativo ao tratamento dos resíduos, envolvendo valores igualmente na ordem dos milhões de euros.

Acrescentou que, recentemente, de forma cruzada, tinham tido acesso a um conjunto de informações e estudos provenientes da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), da Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como de trabalhos internos realizados pelos próprios serviços.

Destacou, entre os dados recolhidos, um elemento relevante presente no relatório - que mereceria análise mais aprofundada em momento oportuno - na composição do processo económico da AMARSUL, tinha sido identificado um lucro de três milhões de euros, obtido sem risco. Tal montante correspondia, aproximadamente, a oito euros por tonelada incluídos na tarifa.

Explicou que, na ausência dos valores de contrapartida que deveriam ser pagos pelos embaladores - montantes esses definidos por verba estipulada pelo Estado, a AMARSUL, em vez de exigir esses valores ao Estado, estava a fazê-los reverter para a tarifa aplicada aos municípios. Sublinhou que esse valor não estava relacionado com o serviço efetivamente prestado nem com a estrutura da tarifa. Referiu que, segundo um estudo realizado pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), esse montante ascendia a cerca de 20 euros por tonelada.

Adicionalmente, com base num estudo da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), referiu que a AMARSUL apresentava custos de produção - nomeadamente com energia, combustível e outros - duas a três vezes superiores aos de outras empresas do mesmo setor e da mesma área de atividade. Comparando com pequenas e médias empresas de dimensão semelhante noutros ramos de atividade, esses custos podiam ser três, quatro ou até cinco vezes superiores. Face a essa análise, defendeu que, com base em cálculos simples, a tarifa então praticada, de 77,4 euros por tonelada, poderia ser reduzida para um valor entre os 30 e os 40 euros, no máximo.

Concluiu afirmando que se tratava de um tema que exigia uma análise aprofundada, à qual regressaria numa próxima reunião. Considerou fundamental compreender a natureza das concessões, tanto no setor dos resíduos como no da água, cuja situação considerava semelhante.

Destacou que o Estado precisava de milhões de euros para investir, tal como os municípios. No caso da água, referiu existirem apenas 29 ou 30 concessões em vigor, mas no setor dos resíduos, cerca de 60% da população portuguesa encontrava-se abrangida por concessões privadas.

Sublinhou que os milhões - ou mesmo milhares de milhões - de euros que estavam a ser

drenados por via desses contratos, que considerou absurdos, em benefício do setor privado, faziam presentemente muita falta para garantir as intervenções reclamadas pelo Estado. Indicou que o Estado precisava de cerca de 2.400 milhões de euros para essas intervenções, manifestando a convicção de que os montantes desperdiçados por via das referidas concessões seriam superiores a esse valor, e que esses recursos seriam cruciais para responder às necessidades da população.

Enfatizou, por fim, que a experiência do concelho de Setúbal demonstrava, de forma inequívoca, a vantagem da gestão pública, sublinhando que essa perceção era partilhada por diversas entidades com quem mantinham contacto a nível nacional. Considerou que a decisão de retomar a gestão pública tinha sido tomada em boa hora, em benefício direto dos munícipes.

Lamentou, contudo, que noutros contextos se verificassem prorrogações de contratos ou se preparassem situações que considerou estranhas, defendendo que essas questões deveriam ser analisadas e tratadas em momento oportuno.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

O senhor Vereador Joel Marques fez a seguinte declaração de voto, conforme anexo n.º 36.

“O ano de 2024 foi um ano de estabilização nos Serviços Municipalizados de Setúbal. Após a sua reativação em dezembro de 2022 e a compreensível curva de aprendizagem que caracterizou 2023, seria expectável que o registo de 2024 se apresentasse mais robusto num conjunto de fatores relevantes.

Em primeiro lugar, o colossal volume de perdas de água no sistema. Sendo um problema antigo e reconhecido – foi, aliás, identificado como de intervenção prioritária –, esperar-se-ia uma intervenção (e, também por isso, uma execução do investimento que lhe estava acometido) de muito maior dimensão do que aquela que o relatório traduz.

Não é aceitável que, num sistema que regista perdas crescentes todos os anos, com perdas totais de 32,3% na rede e que atingem os 45,9% em Azeitão, se continue a olhar para a reabilitação das redes como um custo de reduzido proveito. A falta de investimento na rede de distribuição de água acarreta custos que podem parecer negligenciáveis, como o custo da energia utilizada na captação ou o custo da desinfeção com hipoclorito de sódio, mas as horas de trabalho alocadas à permanente reparação de roturas, bem como os meios materiais utilizados, impõem uma outra perceção. A isto acresce a identificação já feita dos pontos negros das roturas sem que seja conhecido um plano de intervenção robusto para a renovação da rede de abastecimento. Se em praticamente todos os arruamentos já identificados no ano anterior o número de ruturas em 2024 aumentou, alguns casos há em que a reincidência é de tal forma elevada que ao longo de um ano é mais provável os moradores cruzarem-se com um piquete dos SMS do que com o carteiro. Veja-se por exemplo a Rua Alexandre Cabral, em Azeitão: numa rua com 112 metros de comprimento registaram-se 10 roturas em 2023 e 32 em 2024 – passando de uma média de quase uma rutura por mês para mais de uma rutura a cada duas semanas. Temos, depois, um custo cuja contabilização é mais complexa: o custo social e reputacional do desperdício e da falha ao seu combate.

Registamos também com preocupação o crescimento do passivo corrente (que ascende já a mais de 5M€ – um aumento de 38%), alicerçado em dívidas a fornecedores.

A queda muito significativa do resultado líquido do período, alicerçada na redução do resultado operacional, cria limitações a um Serviço que precisa de investir permanentemente.

Desta prestação de contas resulta, pois, a necessidade imperiosa de reforçar o investimento, com particular enfoque na reabilitação da rede de água e na extensão da rede de saneamento básico – um investimento que tarda em concretizar-se na extensão necessária”.

5. Deliberação n.º 210/2025 - Proposta n.º 017/2025 - GAP - Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de obras previstas no PPI 2025-2029 dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 42.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que a proposta era bastante explícita, tratando-se da obtenção de financiamento para duas intervenções fundamentais: uma relativa à implementação de um sistema de telegestão e outra referente à adutora da Bassaqueira. Explicou que se tratava de investimentos essenciais para o bom funcionamento dos Serviços Municipalizados, os quais, face à sua atual estrutura e aos meios disponíveis, não tinham capacidade para concretizar autonomamente essas intervenções.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 211/2025 – Proposta n.º 23/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Seguros, pelo período de 36 meses - Abertura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 212/2025 – Proposta n.º 37/2025 – DAF/DICONT/SECONT - Constituição do fundo de maneiio “Competições Internacionais de Águas Abertas – World Aquatics e European Aquatics – Setúbal - junho de 2025”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 213/2025 – Proposta n.º 38/2025 – DAF/DICONT/SECONT – Alteração do Responsável e Substituto do fundo de maneiio do Departamento de Educação e Bibliotecas – DEB

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Sugeriu-se a votação em bloco das deliberações compreendidas entre a n.º 214/2025 e a n.º 229/2025, caso não houvesse oposição por parte dos presentes.

Sr. Presidente – Informou que iria proceder à leitura da deliberação n.º 214/2025, por considerar importante o conteúdo da mesma.

Sr. Vereador Paulo Calado – Manifestou que a sua bancada estava de acordo com a sugestão apresentada pelo Partido Socialista.

9. Deliberação n.º 214/2025 – Proposta n.º 40/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 1736, Fração J da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46.

Após a leitura da proposta, referiu que os valores em causa deixariam de ingressar nas finanças do Município, o que teria naturalmente impacto no orçamento municipal. Solicitou que ficasse devidamente registado que, sempre que se procedia à concessão de isenções, tal medida acarretava consequências orçamentais. Ainda assim, reconheceu que o Executivo considerou justas as propostas apresentadas, razão pela qual foram aprovadas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 215/2025 – Proposta n.º 41/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 2045, Fração R da União de Freguesias de Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 9).

11. Deliberação n.º 216/2025 – Proposta n.º 42/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 2782, Fração F da União de Freguesias de Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 9).

12. Deliberação n.º 217/2025 – Proposta n.º 43/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 5088, Fração B da União das Freguesias de Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 9).

- 13. Deliberação n.º 218/2025 – Proposta n.º 44/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 5396, Fração J da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 9).

- 14. Deliberação n.º 219/2025 – Proposta n.º 45/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 6014, da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 9).

- 15. Deliberação n.º 220/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 10301, Fração H da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 9).

- 16. Deliberação n.º 221/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 13612, Fração H da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 9).

- 17. Deliberação n.º 222/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 14439, Fração I da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 9).

- 18. Deliberação n.º 223/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15620, Fração L da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 9).



- 19. Deliberação n.º 224/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15710, Fração H da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 9).

- 20. Deliberação n.º 225/2025 – Proposta n.º 51/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15713, Fração R da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 9).

- 21. Deliberação n.º 226/2025 – Proposta n.º 52/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 15804, Fração J da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 9).

- 22. Deliberação n.º 227/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 19516, Fração O da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 9).

- 23. Deliberação n.º 228/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 16647, Fração BC da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 9).

- 24. Deliberação n.º 229/2025 – Proposta n.º 55/2025 – DAF - Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, referente ao prédio com o Artigo Matricial 16235, Fração C da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 9).

25. Deliberação n.º 230/2025 – Proposta n.º 57/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 23/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de Serviços de Seguros, pelo período de 2 meses – Abertura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 231/2025 – Proposta n.º 58/2025 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 a 67.

Sr. Presidente – Disse que o contrato em questão consistia num empréstimo da Câmara Municipal destinado à realização de diversas obras e intervenções no concelho, nomeadamente a reabilitação de escadas e pavimentos na Travessa Olhos D'água e na Travessa Padre Galvão, no Casal das Figueiras; a construção de infraestruturas e arruamentos na Salmoura, zona I; a construção do espaço público interior do quarteirão delimitado pela Avenida Infante Dom Henrique e pelas ruas Doutor António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa; a construção do espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e da Praceta das Amoreiras; a execução de arranjos exteriores na Praceta da Primavera; a execução da rede viária e infraestruturas de drenagem pluvial na Rua dos Morangos; a Construção da rede viária e drenagem pluvial na Rua da Revolução; a construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e o caminho de ferro – 2.ª fase, em Praias do Sado; a execução da Estrada da Morgada em Praias do Sado; a reabilitação da Casa Luísa Todi; a reabilitação do Campo Júlio Tavares, em Praias do Sado. O mesmo contrato abrangia ainda: Planos relativos à empreitada de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais no lugar de Gâmbia, plano de correção dos trabalhos na urbanização Monte da Vinha, prestação de serviços para apoio ao projeto Selo Verde, aquisição de poitas e prestação de serviços técnicos para apoio à gestão de praias e monitorização da época balnear, pavimentação da Estrada dos Quatro Castelos, desmatção, limpeza e gestão de combustíveis em terrenos e equipamentos municipais e limpeza da rede viária municipal e de terrenos privados no concelho de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

27. Deliberação n.º 232/2025 – Proposta n.º 59/2025 – DAF/DICOR/DICONT – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2024 - REJEITADA

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69.

Sr. Presidente – Referiu que a Prestação de Contas e a elaboração dos relatórios financeiros do município seguem um conjunto rigoroso de normas e regulamentos estabelecidos pela legislação vigente e pelas boas práticas contabilísticas. A Prestação de Contas consiste na apresentação das informações financeiras e contabilísticas aos órgãos competentes, nomeadamente à Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas.

O relatório e contas tem como objetivo fornecer uma visão clara, transparente e rigorosa da situação financeira do município, assim como dos resultados das suas atividades ao longo do ano.

Em 2024, o município apresentou um volume total de receitas líquidas cobradas no montante de 129 milhões de euros, enquanto as despesas pagas totalizaram 118 milhões de euros.

Foi destacado que, embora tenha havido um aumento global das receitas cobradas, esse crescimento foi em grande parte impulsionado pela coleta do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que resultou do comportamento do mercado imobiliário. Esta situação foi identificada como um fator de risco a médio e longo prazo, dada a volatilidade do mercado imobiliário e a exposição a crises económicas.

Por outro lado, as transferências de capital mantiveram um desempenho positivo, refletindo a boa execução dos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O comportamento positivo das receitas fiscais e da participação variável no IRS resultou da evolução favorável do ciclo económico, bem como da crescente atratividade do território do concelho. No entanto, foi registada uma perda estrutural na ordem dos 1,4 milhões de euros em Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Relativamente às despesas, o total pago refletiu a atividade desenvolvida ao longo do ano em análise, destacando-se, em particular, as despesas com pessoal, que atingiram o montante de 45.400 mil euros. Este valor resulta da assunção de novas competências por parte do município, nomeadamente na área da educação, da opção gestonária adotada e, ainda que aquém do necessário e desejável, da valorização salarial, com especial incidência no impacto do aumento do salário mínimo nacional.

Destacou-se, igualmente, o valor global das transferências, que ascendeu a 18.200 mil euros, englobando as transferências efetuadas no âmbito da delegação de competências, designadamente nas áreas da educação e da ação social.

Outro aspeto de particular relevância prendeu-se com o montante das transferências efetuadas para as juntas de freguesia, no âmbito do processo de transferência de competências, que totalizou 9 milhões de euros.

Relativamente ao investimento, o montante global dos investimentos pagos em 2024 ascendeu a 17.800 mil euros. Importa referir que grande parte destes investimentos deverá ser executada até ao primeiro trimestre de 2026, salientando-se, entre outros, os relacionados com a remodelação do edificado municipal.

Destacaram-se os seguintes investimentos: a requalificação da Estrada Nacional 10/4, com um montante global de 4.700 mil euros; o projeto “PRR Acessibilidades 360”, no valor de 1.300 mil euros; o programa “PRR Comunidades Desfavorecidas”, com a construção do novo Centro Escolar Barbosa do Bocage; a remodelação do Campo das Pedreiras e a requalificação do Pavilhão João dos Santos, com um investimento conjunto na ordem dos 7 milhões de euros; os Bairros Comerciais Digitais, com uma dotação prevista de 1.400 mil euros; e a construção da Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista, num montante de 4 milhões de euros.

Por fim, foi referido que a despesa com funcionamento, bens e serviços, se manteve no valor de 26.100 mil euros.

Para além da frieza dos números, importava referir alguns aspetos que contribuíram para o contexto descrito. A questão da habitação assumiu, nos últimos tempos, um lugar central nas preocupações da população portuguesa. A Câmara Municipal de Setúbal procurou dar o seu contributo para mitigar este problema no concelho, através de um conjunto de iniciativas que, com o apoio de verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ascendem a um investimento superior a 100 milhões de euros.

No âmbito da parceria com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), encontram-se em desenvolvimento cerca de 900 fogos de construção nova destinados ao arrendamento acessível, cuja obra já teve início. Paralelamente, a autarquia contratualizou com um promotor privado o lançamento de 168 novos fogos destinados a habitação a custos controlados.

Estas medidas representam o reflexo de uma opção política clara do executivo municipal: a valorização e mobilização do património municipal como instrumento para promover e contribuir ativamente para a resolução de um problema nacional grave - o acesso à habitação -, cujas consequências também se fazem sentir de forma significativa no concelho de Setúbal. Acrescentou que era também no domínio da habitação que se construía um futuro melhor para todos os que escolhessem viver em Setúbal, sendo esse o objetivo transversal a muitas outras áreas de intervenção municipal. Referiu, a título de exemplo, os investimentos realizados no setor do abastecimento de água e saneamento, destacando a decisão estratégica de reverter para o controlo público um serviço que se encontrava privatizado há 25 anos - uma privatização que fora inicialmente promovida pelo Partido Socialista.

Sublinhou os benefícios evidentes que essa decisão já demonstrava para os consumidores, nomeadamente ao nível da redução das tarifas da água. Enquadrou estas opções no esforço mais alargado de qualificação do concelho, visível em múltiplas obras e iniciativas que contribuíam para a melhoria das condições de vida da população e para o desenvolvimento equilibrado do território.

Destacou, como exemplo emblemático desse esforço, a construção do novo Centro Escolar Barbosa do Bocage, no qual o município iria investir 5.400 mil euros, com financiamento assegurado por verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Referiu que o município estava igualmente empenhado na concretização de um conjunto muito significativo de obras de requalificação urbana, algumas das quais já em curso e outras com arranque previsto para as semanas seguintes. Destacou, entre estas, a requalificação da Avenida dos Ciprestes e da Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, onde se previa a criação de uma nova bolsa de estacionamento gratuito junto à Avenida de Moçambique.

Enfaticou ainda a importância das intervenções de melhoria da mobilidade pedonal, em artérias estruturantes do concelho, com um investimento global na ordem de um milhão de euros. Estas intervenções incluíam as avenidas António Rodrigues Manito, Manuel Gamito, Guiné-Bissau, Manuel Maria Portela, Alexandre Herculano e 5 de Outubro, bem como as ruas Major Magalhães Mexia, da Escola Técnica, Joaquim Brandão e Almeida Garrett.

Mencionou, igualmente, a construção do novo Mercado Municipal de Brejos de Azeitão, do novo Auditório Municipal de Azeitão e de um novo pavilhão desportivo a integrar o Complexo Municipal Desportivo das Manteigadas. Acrescentou que se encontravam também em execução obras de saneamento básico, com destaque para a ligação da rede na zona da Mourisca e Aldeia de Pontes, permitindo resolver um problema com várias décadas.

Recordou que, embora a construção de centros de saúde seja uma responsabilidade atribuída ao poder central, a Câmara Municipal de Setúbal tem assumido esse encargo, garantindo a edificação de novas unidades de saúde no concelho. Referiu que o centro de saúde de Azeitão já se encontrava concluído, o da Bela Vista encontrava-se em fase de construção e o do Bairro do Liceu em fase final de projeto. Sublinhou que estas opções do município contrastavam com a linha orientadora do atual Governo, que já tinha anunciado a intenção de avançar com a privatização de cuidados de saúde.

Mencionou ainda a reabilitação do Convento de Jesus, inaugurada em novembro último, operação que incluiu igualmente a reabilitação e reinstalação do Museu de Setúbal. Apesar de se tratar de um monumento nacional, foi a Câmara Municipal de Setúbal que assumiu integralmente a responsabilidade pela intervenção, viabilizando a sua conclusão, conforme efetivamente ocorreu.

Enunciou que o momento de prestação de contas numa Câmara Municipal representava, necessariamente, uma ocasião de balanço - não apenas das contas, mas igualmente do trabalho realizado, do trabalho em curso e das perspetivas para o futuro. Foi com esse enquadramento que apresentaram as notas anteriormente referidas.

Considerou, no entanto, importante acrescentar outras apreciações de carácter mais geral, ainda que resultantes, em larga medida, do trabalho desenvolvido pela autarquia. Sublinhou que, ao longo dos últimos anos, esse trabalho tinha contribuído para transformar o concelho de Setúbal num território com elevada capacidade de atração turística, registando um crescimento expressivo das atividades associadas a esse setor. Ao mesmo tempo, o

concelho tornara-se um destino procurado por investidores de diversas áreas, nomeadamente no setor imobiliário e industrial, tendo-se verificado um aumento da procura que se traduzia em milhares de novos postos de trabalho, muitos dos quais exigiam qualificações elevadas.

Frisou que, nos últimos anos, o município tinha apostado fortemente na qualificação da cidade e do concelho, tanto através da renovação e criação de novos equipamentos municipais como da promoção da prática desportiva.

Destacou que essa aposta tinha gerado resultados notáveis, conferindo a Setúbal, enquanto cidade e concelho, uma dinâmica cultural e desportiva extraordinária. Sublinhou que os setubalenses e azeitonenses deixaram de se deslocar, como sucedia há apenas alguns anos, a Lisboa ou a outras localidades para acederem à oferta cultural, uma vez que atualmente a cultura estava presente e acessível no próprio território.

Apontou como exemplos dessa realidade o renovado Fórum Municipal Luísa Todi, a Casa da Cultura, a Gráfica — Centro de Criação Artística, o Museu do Trabalho Michel Giacometti e o reabilitado Convento de Jesus. Enfatizou igualmente os espaços de acolhimento turístico qualificados, como a Casa do Turismo e a Casa da Baía, que conferem dignidade à experiência de quem visita o concelho.

Sublinhou que Setúbal era, hoje, uma cidade moderna, cada vez mais atrativa, capaz de captar novas populações, indústria de ponta e quadros altamente qualificados. E tudo isso acontecia porque, segundo afirmou, a Câmara Municipal tinha criado as condições necessárias, transformando Setúbal numa verdadeira capital, após anos marcados por marasmo e desleixo.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas, decorrentes da crise inflacionista que afetou o comportamento das taxas de juro e originou uma subida generalizada dos preços, bem como do corte significativo de receitas fiscais imposto pelos partidos da oposição, a Câmara Municipal continuava a apoiar as famílias e o movimento associativo, com o objetivo de mitigar os impactos do custo de vida.

Referiu, ainda, o défice resultante da transferência de competências na área da educação, considerada mal concebida e deficientemente financiada, sublinhando que, em apenas três anos, esse défice ultrapassava já os quatro milhões de euros. Destacou que, nesse período, cerca de 14% dos encargos totais tinham sido suportados pelo orçamento municipal.

Ainda assim, continuavam a trabalhar ativamente para melhorar as condições em que o processo educativo se desenvolvia no concelho. Apesar de todas essas dificuldades, mantinham a realização de obras públicas, com recurso a fundos comunitários ou a empréstimos bancários, prosseguindo a construção de uma cidade melhor.

Afirmou, por fim, que esse era o compromisso assumido pela CDU e que era nesse caminho que continuavam empenhados a trabalhar.

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2024, à semelhança dos anos anteriores, constituíam documentos técnicos que traduziam os dados financeiros e de gestão num formato acessível, permitindo o conhecimento público e transparente da situação económico-financeira do município.

Tais documentos visavam garantir a prestação de contas às entidades competentes, nomeadamente à Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas, em conformidade com as exigências legais e os princípios da boa gestão dos dinheiros públicos. Foi esse documento técnico que se apresentou à consideração dos senhores vereadores.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se era verdade que o Orçamento Municipal constituía o principal instrumento previsional de planeamento financeiro anual - e, como tal, estabelecia as bases para a definição das estratégias de intervenção municipal nas diversas áreas de atuação -, não era menos verdade que a Prestação de Contas representava a demonstração efetiva da concretização dessas mesmas estratégias.

Neste enquadramento, mais do que assegurar a conformidade contabilística do documento, competência que cabe ao Revisor Oficial de Contas, compete à Prestação de Contas avaliar, de forma substancial, o grau de concretização do Orçamento apresentado pelo Executivo,

aprovado pelos órgãos competentes e com o qual este se comprometeu perante os munícipes.

Em primeiro lugar, entenderam que os dados relativos às receitas mereciam especial destaque. Para o ano de 2024, fora previsto, em sede de Orçamento Municipal, um total de receitas na ordem dos 255,5 milhões de euros, dos quais apenas cerca de 129 milhões haviam sido efetivamente cobrados, correspondendo a uma taxa de execução de 50,50%.

Sublinharam que tal resultado não poderia ser interpretado como um episódio isolado ou como consequência de circunstâncias excecionais, mas sim como parte de uma tendência consistente ao longo do mandato, na qual as percentagens de execução das receitas viriam progressivamente a diminuir de ano para ano.

Na sua perspetiva, esta realidade confirmaria que os orçamentos apresentados pelo Executivo se haviam revelado como exercícios marcados por excessivo voluntarismo e otimismo, cujo confronto com a execução orçamental acabaria por demonstrar um claro desfasamento face à realidade concreta da gestão municipal.

Num ano em que se registou um aumento das receitas provenientes de impostos diretos em cerca de 4,7 milhões de euros (o que representa um crescimento de 10,36%), bem como um acréscimo de aproximadamente 713 mil euros (10,35%) nas receitas provenientes de taxas múltiplas e outras penalidades, consideraram esgotada a possibilidade de continuar a justificar a alegada incapacidade de governação com a redução do IMI e da Participação Variável no IRS – medidas estas aprovadas pela oposição com o objetivo de devolver rendimento disponível às famílias.

Entenderam que se tornava necessário reconhecer que o município estaria a ser gerido de acordo com um modelo esgotado, que empurraria Setúbal para uma posição de crescente irrelevância. Um modelo de gestão que, segundo os referidos vereadores, se manteria de costas voltadas para o tecido empresarial local, sendo incapaz de gerar condições de valorização e visibilidade para as empresas do concelho.

Como exemplo concreto, apontaram a quebra de 35% nas receitas associadas à realização da Feira de Santiago, facto que consideraram ilustrativo da redundância de um modelo de governação no qual apenas o Executivo continuaria a acreditar, mas que, na sua perspetiva, deixara de gerar retorno ou reconhecimento por parte dos principais agentes económicos e da comunidade.

Em contexto de expansão contínua do estacionamento tarifado na cidade, destacou-se o impacto significativo desta medida nas contas municipais. No ano de 2024, a receita proveniente do estacionamento tarifado terá atingido um valor próximo dos 0,9 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 31,26% face ao ano de 2023.

Para os referidos vereadores, tal crescimento evidenciava que, por ação direta da CDU, havia receitas municipais que continuavam a subir de forma constante, comparando tal situação, em tom crítico, à imagem popularizada na canção de Manuela Bravo – “*subia, subia, como um balão*”. Realçaram ainda que o contrato de concessão do estacionamento tarifado era da inteira responsabilidade política da CDU, constituindo uma marca exclusiva da sua governação.

No que respeita à despesa, consideraram que o quadro da Prestação de Contas de 2024 se apresentava ainda mais preocupante. A esta análise acrescia a observação de que, a par de uma redução das despesas de capital, se verificava um aumento da despesa corrente, resultando numa taxa de execução global da despesa de 46,21%. No que concerne especificamente à despesa de capital, a execução teria ficado pelos 22,51%.

À primeira vista, poder-se-ia interpretar a evolução comedida da despesa paga como resultado de uma gestão de cariz conservador, eventualmente associada ao esforço de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo e a uma ligeira redução na rubrica de aquisição de bens e serviços, que terá diminuído em cerca de 104 mil euros.

Contudo, advertiram que essa leitura mais otimista seria rapidamente contrariada por dados preocupantes, nomeadamente o aumento da dívida a fornecedores em quase 3,8 milhões de euros, elevando o total desta dívida para 18,25 milhões de euros. A esta evolução somava-se ainda o agravamento da dívida de curto prazo a fornecedores de investimento, bem como o

aumento significativo dos encargos com juros de mora, que terão crescido 95,13% num só ano, ascendendo a quase 916 mil euros pagos em 2024.

Sublinharam que, no conjunto dos três anos completos de mandato do atual Executivo, os juros de mora pagos pelo município teriam já atingido quase 2 milhões de euros, o que, segundo os referidos vereadores, constituía uma marca negativa e reveladora da gestão financeira prosseguida por aquele Executivo.

O valor das provisões decorrentes de processos judiciais em curso também teria subido vertiginosamente, passando de cerca de 11,6 milhões de euros em 2023 para 23,2 milhões em 2024, o que significava que o município assumia que no decorrer de 2024 o valor de eventuais indemnizações decorrentes de decisões judiciais que lhes viesse a ser desfavoráveis duplicara, numa tendência que já teria multiplicado por 3,8 o valor considerado no final de 2022.

Segundo os vereadores do Partido Socialista, impor-se-ia numa mudança de modelo de gestão. Na sua perspetiva, não seria aceitável, nem moral nem politicamente, que o município fosse causa de instabilidade económica e agravamento das dificuldades de tesouraria de muitas pequenas empresas, as quais teriam na Câmara o seu maior cliente e, ao mesmo tempo, o principal devedor.

Para estes vereadores, o que sobrava daquele mandato era mais dívida, mas menos serviço público; mais receita, mas uma cidade menos cuidada; mais estacionamento tarifado, mas uma mobilidade pior. A imagem que, em seu entender, a prestação de contas transmitiria seria a de um executivo que teria desistido de Setúbal, um Executivo resignado, que teria abdicado de governar, assumindo o papel de comissão liquidatária do concelho, num lento e doloroso calvário que se arrastaria até às próximas eleições autárquicas.

Perante aquele cenário, os vereadores do Partido Socialista votariam contra a proposta de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2024.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que já haviam sido amplamente expostos, pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, diversos elementos constantes da Prestação de Contas. Ainda assim, entendeu ser importante sublinhar algumas questões relativas ao grau de execução orçamental.

Chamou a atenção para o facto de, na componente da receita, a execução se ter ficado pelos 50%, o que representava uma diminuição de 16 pontos percentuais face ao verificado no ano de 2023. No que respeita à despesa, considerou que a situação era ainda mais preocupante, com uma taxa global de execução de 46%, sendo que, na componente do investimento, a execução se teria ficado pelos 23%. Esta última representava, face a 2023, uma quebra de 24 pontos percentuais na execução da despesa de capital.

Assinalou que, embora os encargos financeiros e a dívida bancária tivessem registado uma diminuição, a dívida a fornecedores teria atingido um montante acumulado de 27 milhões de euros. Esta realidade, segundo a sua análise, evidenciava que a Câmara Municipal estaria a financiar-se à custa dos seus fornecedores, situação que já havia sido referido aquando da apreciação da execução orçamental referente ao 3.º trimestre.

Concluiu observando que, apesar do aumento das receitas provenientes de impostos, a execução orçamental em apreço se revelava, no seu entender, extremamente débil, sobretudo quando comparada com os valores inscritos em orçamento.

Assinalou que o aumento das provisões era bastante expressivo, situando-se em mais de 3.300 mil euros, o que fazia com que o valor global dessas provisões atingisse já os 10 milhões de euros. Reconheceu que grande parte deste montante estaria associada a litígios pendentes em tribunal, mas considerou, ainda assim, tratar-se de um valor demasiado elevado, com impacto significativo na saúde financeira do município.

Recordou que, aquando da votação do Orçamento para o ano de 2025, o grupo municipal do PSD já havia formulado um juízo crítico, ainda que apolítico, quanto ao balanço global do mandato, o que se traduziu num voto contra.

Neste sentido, e considerando o conteúdo da Prestação de Contas e do Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2024, informou que o Partido Social Democrata manteria a mesma posição, votando igualmente contra os referidos documentos.

Sr. Presidente – Referiu que a Prestação de Contas era, essencialmente, um documento técnico, cuja análise e interpretação competia a cada um dos Senhores Vereadores, sendo da responsabilidade de cada um a leitura que fazia dos dados apresentados.

Sublinhou que a preocupação com a situação financeira da Câmara Municipal não era novidade, tendo sido reiteradamente abordada ao longo de todo o mandato. Lamentou, nesse contexto, que alguns vereadores tivessem insistido, de forma sistemática, na aprovação de medidas que implicaram a redução de receitas essenciais para a gestão municipal, penalizando o orçamento e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento das dívidas em atraso.

Considerou incoerente que se pretendesse simultaneamente “*ter o sol na eira e a água no nabal*”, apelando a uma maior responsabilidade e equilíbrio nas decisões políticas. Afirmou ainda que os Senhores Vereadores não poderiam alegar desconhecimento da situação financeira da autarquia, uma vez que esta fora amplamente discutida em múltiplas ocasiões.

Concluiu que, apesar de se tratar de um documento técnico com dados objetivos, as interpretações feitas pelos diferentes vereadores ignoravam que foram precisamente as suas decisões - em particular a redução significativa das receitas municipais - que contribuíram de forma direta para o agravamento da situação financeira da Câmara Municipal. Rejeitou, por isso, a ideia de que a autarquia estivesse a desenvolver a sua atividade “*à custa das empresas*”, responsabilizando os proponentes dessas medidas pela situação em apreço.

Considerou que, na avaliação feita no final do mandato, a redução global das receitas da Câmara Municipal ascenderia a mais de 20 milhões de euros, valor que qualificou como altamente significativo, tendo em conta as exigências inerentes a uma gestão financeira responsável e equilibrada.

Recordou que, aquando do recebimento dos 12,5 milhões de euros resultantes do contrato de concessão, o Executivo optou, deliberadamente, por aplicar esses recursos no pagamento de dívidas em atraso, ao invés de os afetar diretamente a novos investimentos. Reconheceu que se tratou de uma escolha consciente, pautada por um princípio de responsabilidade financeira, embora não soubesse se, em igual circunstância, outras forças políticas teriam tomado a mesma decisão.

Sublinhou que, não obstante essa opção, continuava a ser da responsabilidade do Executivo garantir o investimento contínuo no concelho de Setúbal. Lembrou, a este propósito, que a Câmara Municipal apresentou várias candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo sido aprovados projetos no valor global de 160 milhões de euros para aplicação em investimentos estruturantes no território setubalense.

Lamentou, por fim, que, mesmo conhecendo esse esforço e os investimentos previstos, os Senhores Vereadores da oposição tenham votado contra o Orçamento Municipal para 2025, o que considerou ser um facto de grande gravidade e incompreensível à luz do interesse do município, qualificando essa decisão como “*qualquer coisa de extraordinário*”.

Salientou que os sucessivos Governos da República haviam reafirmado, de forma clara, que não existiriam alterações ao calendário de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo final de concretização estava fixado para março de 2026.

Nesse enquadramento, recordou que os Senhores Vereadores tinham pleno conhecimento da existência de candidaturas submetidas, da aprovação de investimentos e da realização efetiva de diversas obras ao longo do ano de 2024. Apesar disso, lamentou que os vereadores tenham votado contra o Orçamento Municipal para 2025, decisão que, no seu entender, representava um atraso de, pelo menos, três meses no avanço dos processos associados aos investimentos financiados pelo PRR.

Sublinhou que não era aceitável alegar desconhecimento sobre a importância e urgência da execução destes projetos, e questionou diretamente o que poderia ser dito das forças

políticas que tomavam decisões com esse impacto. Concluiu afirmando que caberia a cada um fazer a sua própria avaliação política sobre as consequências dessas opções.

Afirmou que o Executivo da CDU continuaria a trabalhar com empenho, procurando assegurar que as obras financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor global de 160 milhões de euros, fossem integralmente executadas dentro dos prazos estipulados, nomeadamente até março de 2026.

Acrescentou que, para além desses investimentos, estavam igualmente em curso ou previstos projetos no valor de aproximadamente 23 milhões de euros, financiados através de empréstimos de médio e longo prazo. Referiu que algumas dessas obras já se encontravam em execução e que, até ao final do mandato, umas estariam concluídas e outras continuariam em desenvolvimento ao longo do ano.

Advertiu, no entanto, que, por dificuldades próprias das empresas adjudicatárias, poderiam verificar-se alguns constrangimentos ou atrasos no cumprimento dos prazos inicialmente definidos.

Afirmou que todas as decisões tomadas ao longo do mandato tinham responsáveis e que competia a cada um dos Senhores Vereadores fazer a avaliação que entendesse mais adequada.

Do lado do Executivo da CDU, assegurou que tudo foi feito com o objetivo de continuar a promover o desenvolvimento do concelho de Setúbal e de mitigar os impactos da crise económica e social que se fizeram sentir no território.

Recordou que, em 2023, foram aprovadas medidas de apoio social no valor de 2.200 mil euros, com o consenso de todos os vereadores, e que uma parte significativa desse apoio continuava a ser prestado, nomeadamente às famílias com crianças em idade escolar.

Reconheceu as dificuldades sentidas na gestão municipal, mas considerou que o agravamento da situação financeira se devia, em grande parte, às imposições colocadas pela maioria dos vereadores da oposição, que limitaram a ação do Executivo a quem cabia, em última instância, a responsabilidade pela gestão da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que a Prestação de Contas em análise dizia respeito ao exercício do ano de 2024, cujo orçamento havia sido viabilizado pelo Partido Social Democrata. Sublinhou que a oposição, e o PSD em particular, proporcionaram todas as condições necessárias ao Executivo para gerir os seus orçamentos, ainda que estes tivessem registado fracas taxas de execução. Acrescentou que também viabilizaram diversas iniciativas aprovadas em reunião de Câmara, algumas das quais contaram inclusivamente com o voto favorável da CDU.

Expressou orgulho pelo contributo dado pelo PSD para o alívio da carga financeira suportada pelos municípios ao longo do mandato, considerando que esse orgulho devia ser partilhado pelas três forças políticas representadas no executivo municipal. Recordou que o mandato em causa fora fortemente condicionado pelas consequências da pandemia e pelas pressões inflacionistas subsequentes, resultantes não apenas da guerra na Ucrânia, mas também do impacto prolongado da crise pandémica.

Rejeitou as insinuações de responsabilidade exclusiva feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, afirmando que os vereadores do PSD não “*enfiavam a carapuça*”, e, pelo contrário, se sentiam plenamente responsáveis e convictos das medidas aprovadas em reunião de Câmara, medidas essas que, no seu entender, aliviaram efetivamente a população de Setúbal.

Quanto ao PRR, esclareceu que esse foi precisamente um dos motivos que levou o PSD a viabilizar o orçamento para 2024, o qual, contudo, registou uma execução orçamental considerada muito fraca, por razões que já haviam sido anteriormente identificadas.

Concluiu afirmando que, ao reprovar o orçamento municipal para 2025, o PSD estava ciente de que a gestão em regime de duodécimos garantiria a continuidade dos investimentos previstos no âmbito do PRR, dado o volume do orçamento de 2024 e o seu grau de execução. Reforçou que o PSD sentia plena tranquilidade em relação às posições políticas que assumiu ao longo do mandato.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ter ficado atónito com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente à Prestação de Contas do ano de 2024. Sublinhou que a discussão em causa incidia sobre a Prestação de Contas de 2024 e não sobre o Orçamento Municipal de 2025.

Caso se pretendesse enveredar por um discurso de natureza política, referiu que se poderia afirmar que o Orçamento de 2025 foi reprovado pela CDU, uma vez que, ao longo de todo o mandato, o Executivo havia recusado sistematicamente qualquer espaço de negociação com a oposição no âmbito da elaboração dos orçamentos municipais. Assinalou ainda que foram igualmente rejeitadas, de forma reiterada, propostas apresentadas pela oposição enquanto contributos construtivos para os documentos orçamentais, mesmo sabendo o Executivo que dispunha apenas de uma maioria relativa.

Considerou que a CDU “esticou a corda” até ao limite e agora enfrentava as consequências dessa postura. Afirmou que o facto de o município estar, naquele momento, a governar com o orçamento transposto de 2024 se devia, exclusivamente, à opção do Executivo de não ter apresentado, de forma deliberada, uma proposta orçamental alternativa. Concluiu afirmando que cada força política era responsável pelas decisões que tomava.

Afirmou que os vereadores da oposição assumiam plenamente a responsabilidade pelo voto contra a Prestação de Contas de 2024, com a convicção de que votaram contra um documento que consideravam prejudicial para o concelho de Setúbal e para a Câmara Municipal. Sublinhou que, para além da retórica política, os números constantes na Prestação de Contas e nos documentos apresentados ao longo do mandato eram claros e inequívocos, e que esses dados não mentiam.

Questionou se o Senhor Presidente da Câmara teria tomado conhecimento da Prestação de Contas com o mesmo grau de atenção com que, anteriormente, tomara conhecimento do contrato de comodato.

Assinalou que, quando se comparavam os dados da Prestação de Contas de 2024 com os dos anos anteriores - com exceção de 2023 em relação a 2022 -, verificavam-se resultados crescentes no que respeitava às receitas provenientes de impostos diretos.

Referiu que, em 2024, a cobrança de impostos diretos atingiu um valor superior ao registado em todos os anos anteriores, incluindo o melhor ano de referência, que foi 2022.

Acrescentou que, se fosse considerada também a participação variável no IRS - que não se inclui na categoria de impostos diretos - e efetuado o somatório de ambas as receitas, seria possível avaliar com maior precisão o real impacto das medidas de redução fiscal e de devolução de rendimento às famílias setubalenses, medidas estas que a oposição, e em particular o Partido Socialista, tinham conseguido fazer aprovar.

Realçou ainda, com algum orgulho, que essa valorização se verificava, por exemplo, ao comparar-se o valor da participação variável do IRS em 2023 - único ano em que o somatório das receitas foi o mais baixo em relação a todos os outros exercícios - com os valores subsequentes.

Esclareceu que o resultado excecional do ano de 2023 se deveu às pressões inflacionistas e ao aumento das taxas de juro, fatores que provocaram uma redução significativa nas transações imobiliárias e, conseqüentemente, uma quebra pontual na receita sistemática proveniente do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT). Apesar das isenções fiscais em vigor, tanto a nível municipal como nacional, a receita do IMT em 2024 foi superior àquela registada em 2020, 2021 e 2022.

No que concerne à política fiscal adotada ao longo do mandato, referiu que a CDU apresentou apenas uma proposta, que consistiu na reversão da taxa do IMI, aumentando-a de 0,37 para 0,40.

Concluiu que, face à análise objetiva dos números, e apesar da redução dos impostos aprovada pela oposição, os valores referentes aos impostos diretos, bem como o somatório dos impostos indiretos com a participação variável no IRS, apresentaram um aumento contínuo de ano para ano.

Indagou se as dificuldades financeiras verificadas ao longo daquele mandato seriam consequência do mandato anterior, cujo Orçamento e Prestação de Contas foram aprovados

pelo próprio Senhor Presidente enquanto exercia as funções de Presidente da Assembleia Municipal.

Alternativamente, questionou se tais dificuldades seriam resultantes dos mandatos anteriores, durante os quais o Senhor Presidente, na qualidade de vereador, teria aprovado e executado os respetivos Orçamentos e Prestações de Contas.

Considerou fundamental esclarecer se a responsabilidade pelas dificuldades financeiras recaía sobre os mandatos em que o Senhor Presidente exerceu funções como vereador e executou os orçamentos, ou se, por outro lado, residia no mandato em que, não sendo vereador, aprovou os documentos que permitiram a situação atual das finanças municipais. Enfatizou a importância de obter tal esclarecimento para o devido entendimento da questão.

Sr. Presidente – Disse que o senhor vereador Joel Marques terá dito que se alguém deveria assumir responsabilidades pelas dificuldades financeiras e pela reprovação do orçamento, essa responsabilidade caberia à CDU, uma vez que esta não teria aceitado nenhuma das propostas apresentadas pelo Partido Socialista. Por essa razão, explicou, o Partido Socialista votou contra o orçamento, o que considerou lamentável.

Acrescentou que os municípios de Setúbal e Azeitão foram, e continuariam a ser, profundamente prejudicados pela decisão do Partido Socialista.

Refutou o argumento de que a reprovação teria ocorrido porque a CDU não viabilizou nenhuma proposta, afirmando que tal alegação não correspondia à verdade.

Explicou que os vereadores do Partido Socialista votaram contra o orçamento devido aos valores considerados excessivamente elevados. Contudo, destacou que as propostas incluídas no orçamento foram, em meses subsequentes - janeiro, fevereiro e março -, aprovadas em reuniões da Câmara e na sessão da Assembleia Municipal.

Salientou que esta situação significava que, embora o Partido Socialista tivesse votado contra o orçamento, permitiu-se a perda de três meses cruciais para o cumprimento dos prazos exigidos pela aplicação do PRR, deixando esse período para que o Executivo CDU realizasse as necessárias alterações administrativas.

Questionou, por fim, qual seria a real responsabilidade do Partido Socialista naquele processo.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Assegurou que a Prestação de Contas em análise não continha qualquer incorreção, refletindo de forma fidedigna a execução orçamental e a atividade desenvolvida no ano transato. Sublinhou que se tratava de um documento que cumpria integralmente os seus objetivos, sendo, por isso, importante destacar tal facto.

Acrescentou que todos os eleitos estavam obrigados a prestar contas, inclusive perante o Tribunal de Contas, pelo que considerava relevante que cada vereador fundamentasse as razões que os levaram a votar contra e a não aprovar a Prestação de Contas - um documento que classificou como fundamental para o desenvolvimento da atividade de qualquer autarquia.

Reforçou que a Prestação de Contas não era apenas um resumo técnico da atividade municipal, mas sim um documento com uma dimensão política relevante, e que o seu eventual chumbo criaria constrangimentos à relação normal da Câmara Municipal com diversas instituições externas.

Concluiu alertando para as consequências práticas de uma não aprovação da Prestação de Contas, nomeadamente a morosidade acrescida e o entrave à execução regular da atividade municipal.

Considerou contraditório afirmar-se que o município estaria a ser maltratado, ao mesmo tempo que se destacava o aumento da receita proveniente da atividade do território, nomeadamente através do IMT, das derramas e da participação variável no IRS - esta última mesmo com redução de taxas. Tal evolução evidenciaria, na sua perspetiva, que o município mantinha uma significativa capacidade de atividade.

Sublinhou que o funcionamento regular do município assentava essencialmente nas receitas correntes. Sem estas, a autarquia não teria condições para manter a sua atividade. Alertou,

nesse sentido, que ao limitar a capacidade de arrecadação de receita corrente, estava-se, na prática, a constranger o desenvolvimento da atividade municipal.

Referiu ainda que, independentemente da capacidade de o município captar fundos comunitários ou recorrer a financiamento bancário para investimento e desenvolvimento de projetos, a sustentabilidade da ação municipal dependia da solidez da sua receita corrente.

Referiu que, para concretizar os projetos financiados por receitas de capital, era necessário assegurar previamente o funcionamento regular do município, o que dependia de uma base sólida de receita corrente. Sublinhou que o município não poderia funcionar se a receita de capital não crescesse e se a receita corrente não acompanhasse esse crescimento.

Colocou, então, duas questões centrais: quais tinham sido os aumentos verificados na despesa corrente obrigatória do município e se a receita corrente acompanhava tais aumentos. Explicou que, em 2024, a receita corrente do município situou-se ao nível da registada em 2022, quando excluído o valor extraordinário da garantia bancária proveniente do contrato de concessão da Águas do Sado.

Assinalou, contudo, que entre 2022 e 2024, se verificaram aumentos significativos nas despesas com pessoal, nos custos de energia e nos custos associados às matérias-primas consumidas.

Questionou se os custos com equipamentos se mantiveram estáveis, bem como os preços associados à manutenção do espaço público.

Referiu que o aumento da participação variável no IRS decorreu da redução do desemprego no município. Lembrou que a queda dessa receita em 2023 resultou diretamente da decisão da oposição, que impôs a diminuição da taxa de participação variável do município no IRS.

Questionou, por fim, se os vereadores estariam disponíveis para acompanhar a evolução da participação variável do IRS no próximo ano. Os vereadores consideravam que era seguro e estruturante para o município de Setúbal deixar a sustentabilidade financeira do município dependente da volatilidade dos mercados, nomeadamente do setor imobiliário, o qual se encontrava em situação de bolha e que, previsivelmente, iria rebentar, arrastando consigo a economia para uma profunda crise.

Assinalou que subsistiam incertezas significativas quanto ao resultado da atividade económica futura, face à crescente conflitualidade a nível mundial, designadamente no domínio do comércio internacional, com impactos ainda imprevisíveis.

Recordou que o ano de 2023 trouxe já um aviso importante, do qual, em seu entender, se deveriam ter retirado as devidas lições.

Naquilo que era a política que os vereadores continuavam a impor à Câmara Municipal, considerou que estavam a iludir os munícipes, uma vez que os vereadores tinham acesso à informação e sabiam quem eram os principais contribuintes do IMI e do IRS.

Questionou qual seria, na prática, a evolução do rendimento disponível da família média no concelho de Setúbal, face à redução da participação variável do IRS ou à redução da taxa de IMI, apelando a que os vereadores tivessem a coragem de assumir essa realidade.

Concluiu afirmando que os vereadores estavam a brincar com coisas sérias.

Referiu que existiam no concelho alguns proprietários que estavam particularmente satisfeitos com as sucessivas reduções do IMI. Tratava-se de um conjunto de proprietários cujos imóveis possuíam valores patrimoniais tributários mínimos na ordem dos dois a três milhões de euros.

Questionou quem beneficiaria efetivamente com a redução do IMI e quem iria, de facto, receber um valor acrescido com a diminuição da participação variável do IRS.

Tratava-se de uma reflexão que deixava aos Senhores Vereadores, tendo em conta as suas consequências. Sublinhou que era necessário que os trabalhadores do município pudessem auferir salários significativamente superiores aos que atualmente recebiam. No entanto, questionou como seria possível ao município garantir o pagamento desses salários com o atual nível de receitas correntes, sendo que as despesas com pessoal representavam cerca de 50% dessas receitas. Afirmou que os vereadores sabiam muito bem o que tal realidade significava.



Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha ouvido com muita atenção as explicações dadas pelo Senhor Vereador Ricardo Oliveira, no entanto, havia algo que continuava por explicar. Questionou como era possível que, num município em que cerca de 50% das receitas correntes eram garantidas por impostos diretos, participação variável no IRS, taxas, multas e outras penalidades, se registasse em 2024, face a 2021, um aumento de 11,35% no somatório daquelas receitas, e, em 2024 face a 2023, um aumento de 7,86%, e ainda assim se ouvisse a retórica de que o dinheiro não chegava.

Disseram que percebiam as escolhas que tinham sido feitas ao longo dos anos e que impediam que o dinheiro chegasse onde era necessário, dando como exemplos a aquisição da IMAPARK ou da Praça de Touros Carlos Relvas, que depois foram deixadas ao abandono. Referiram que se tratava de decisões tomadas nos últimos mandatos, nomeadamente em 2020 e 2017, embora existissem muitos outros exemplos semelhantes, não dispendo, contudo, de tempo suficiente para os enumerar a todos. Concluíram dizendo que compreendiam as opções feitas e onde se preferiu gastar os recursos financeiros, adquirindo património que acabou por ser deixado à degradação.

Questionaram a afirmação do senhor vereador Ricardo Oliveira, que considerava impossível baixar impostos, explicando que, na prática, seria possível diferenciar a cobrança da taxa de IMI, criando uma taxa distinta para habitação permanente e outra para habitação secundária. Destacaram que, não tendo sido apresentada qualquer proposta nesse sentido pela CDU, questionavam o motivo dessa ausência. Segundo o entendimento dos vereadores do Partido Socialista, a política da CDU passava por cobrar sempre o máximo possível, levando as famílias setubalenses ao limite. Essa tinha sido a política e a opção seguida pela CDU.

Sr. Presidente – Recordou que o Senhor Vereador Joel Marques esquecera-se da imposição feita pelo Governo do Partido Socialista à Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente a transferência de competências na área da educação. O executivo municipal assumiu essa responsabilidade a partir de 1 de abril de 2022, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, os encargos relacionados já totalizavam cerca de 4 milhões e 700 mil euros. Esclareceu que estes valores não provinham diretamente da Câmara Municipal, mas da Comissão de Acompanhamento, destacando o peso financeiro que tal transferência impunha ao orçamento municipal, peso esse que se manteria.

No que respeita à obra do Centro de Saúde de Azeitão, referiu que o Ministério da Saúde ainda devia à Câmara Municipal cerca de 1 milhão e 400 mil euros. Comentou que, seguramente, estes assuntos não eram do agrado do Senhor Vereador Joel Marques.

Referiu que estavam perante um documento técnico elaborado pelo corpo técnico financeiro da Câmara Municipal, sendo a interpretação dos números da responsabilidade dos vereadores. Destacou que o comportamento do Partido Socialista ao longo do mandato deveria ser refletido pelos vereadores e pelos cidadãos de Setúbal e Azeitão. Considerou incompreensível que o Partido Socialista tivesse votado contra um orçamento alegando valores exorbitantes e, ao mesmo tempo, tenha prolongado a aprovação das decisões durante três meses, mesmo sabendo da existência de prazos para a realização das obras e a garantia do financiamento. Salientou que essa postura penalizava o interesse público, as contas do município e os munícipes de Setúbal e Azeitão.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria e em minuta, com 6 votos contra, 4 do PS e 2 do PPD/PSD e 5 votos a favor da CDU.

Sr. Presidente – Referiu que o Ministério Público acompanhava aqueles processos e que estava ciente da forma como se cumpria a lei em relação à votação das contas. Enfatizou a importância de compreender o impacto futuro dessas decisões na gestão do município, bem como a responsabilidade que cada órgão autárquico assumia perante tais deliberações.

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto, conforme documento anexo n.º 70 : “Da análise do documento, verifica-se que o grau de execução orçamental, no que diz respeito à componente da receita, foi apenas de 50%. Comparativamente ao período do ano anterior, ou seja, ao ano de 2023, houve uma diminuição de 16% na execução da receita, o que indica uma execução muito baixa e uma sobreorçamentação.

Relativamente à execução orçamental da despesa, a situação é ainda mais grave, com uma execução de apenas 46%. Na componente de investimento, foram executados apenas 23%, o que representa uma diminuição de 14% em relação ao ano transato de 2023.

Os encargos financeiros diminuíram e a dívida bancária também se reduziu, resultando numa diminuição do peso do financiamento bancário no passivo. No entanto, a dívida a fornecedores acumulou-se, atingindo um valor de 27 milhões de euros, dos quais 8 milhões são dívidas com mais de um ano. Isto indica que a Câmara está a financiar-se à custa dos fornecedores, conforme já assinalado no relatório de execução financeira do terceiro trimestre de 2024.

Apesar disso, a receita proveniente de impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades aumentou 10% relativamente a 2023. No entanto, a execução orçamental continua a ser muito pobre, como referido anteriormente.

Uma rubrica fundamental para a gestão da autarquia, que tem apresentado um acréscimo preocupante, mesmo com as transferências de competências em vigor, são as despesas com pessoal. Desde 2021 até 2024, estas despesas aumentaram 14 milhões de euros (42%), sendo necessário uma melhor gestão desta despesa.

Outro ponto preocupante diz respeito às provisões, que aumentaram em 3,3 milhões de euros, atingindo um valor global de 10 milhões de euros, o que é um valor muito elevado.

Tal como fizemos um juízo político negativo em termos de balanço de mandato na votação do orçamento para o ano de 2025, também agora, atendendo ao resultado líquido e ao conteúdo da Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano de 2024, os vereadores do PSD não podem deixar de votar contra.”

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto, conforme documento anexo n.º 71: “Se o Orçamento Municipal é o instrumento previsional que permite efetuar o planeamento financeiro do ano – e, conseqüentemente, definir as estratégias de intervenção municipal nas mais variadas áreas –, a Prestação de Contas é a demonstração da concretização dessas mesmas estratégias. Nesse sentido, mais do que a conformidade contabilística do documento (que caberá ao Revisor Oficial de Contas avaliar), compete-nos na Prestação de Contas apreciar a concretização do Orçamento que este Executivo apresentou, que fez aprovar e com o qual se comprometeu inteiramente.

Olhemos primeiramente para as receitas.

Para 2024 foram orçamentados cerca de 255,5M€ de receitas, das quais se conseguiram cobrar apenas 129M€ – ou seja, apenas 50,50% do total. Este resultado não é pontual ou fruto de circunstâncias excecionais; pelo contrário: ao longo deste mandato as percentagens de execução têm diminuído ano após ano, confirmando invariavelmente a constatação da bancada do Partido Socialista de que os Orçamentos apresentados foram um exercício da mais fértil imaginação e a sua execução um duro banho de realidade.

Num ano em que a receita com impostos diretos aumentou 4,7M€ (ou seja, 10,36%) e a receita com taxas, multas e outras penalidades aumentou 713m€ (o que corresponde a 10,35%), esgotou-se o espaço para desculpar a incapacidade de governar com a redução do IMI e da Participação Variável no IRS que a oposição tem vindo a aprovar, devolvendo por essa via rendimento disponível às famílias. Aquilo que é preciso assumir é que estamos perante um modelo de gestão transversalmente esgotado e que empurra Setúbal para a irrelevância; um modelo de gestão que caminha de costas voltadas para o tecido empresarial do concelho e no qual as nossas empresas não reconhecem a capacidade de alavancar a sua exposição. É disso exemplo claro a quebra de receitas de 35% com a Feira de Santiago – a redundância de num modelo em que apenas este Executivo acredita, mas com o qual não há quem obtenha retorno.

Importa também, num contexto em que o estacionamento tarifado continua a crescer na cidade, avaliar o volume destas receitas nas contas do município. Em 2024, o estacionamento tarifado rendeu quase 0,9M€, o que representa um acréscimo de 31,26% face à receita de 2023 – o que prova que por ação da CDU há receitas que sobem, sobem... como o balão que a Manuela Bravo celebrou.

Num olhar sobre a despesa, o quadro apresentado pela Prestação de Contas de 2024 é ainda mais preocupante: à redução das despesas de capital soma-se o aumento da despesa corrente, totalizando uma execução global de 46,21% (e que na despesa de capital se ficou pelos 22,51%).

Poder-se-ia pensar que uma evolução comedida da despesa paga resultaria de uma gestão conservadora, aliando a amortização dos empréstimos de MLP com a redução da aquisição de bens e serviços em pouco mais de 0,104M€. No entanto essa leitura otimista é rapidamente desmentida pelo aumento da dívida a fornecedores em quase 3,8M€, ascendendo já a 18,25M€, pelo aumento da dívida de curto prazo a fornecedores de investimento e pelo aumento dos juros de mora em 95,13%, totalizando quase 0,916M€ pagos em 2024 e 1,997M€ nos três anos completos deste Executivo (uma marca de gestão, aliás, já bem vincada pelo Executivo anterior).

Também o valor das provisões decorrentes de processos judiciais em curso subiu vertiginosamente, passando de cerca de 11,6M€ em 2023 para 23,2M€ em 2024 – ou seja, o Município assume que no decorrer do ano de 2024 o valor de eventuais indemnizações decorrentes de decisões judiciais que lhe venham a ser desfavoráveis duplicou, numa tendência que já multiplicou por 3,8 o valor considerado em 2022.

Impõe-se, obviamente, uma alteração ao atual modelo de gestão. Não é moral nem politicamente aceitável que o Município seja foco de instabilidade económica e de agravamento das dificuldades de tesouraria de muitas pequenas empresas que têm nesta Câmara o seu maior cliente e, simultaneamente, o seu principal devedor.

O que sobra deste mandato é mais dívida, mas menos serviço público. Mais receita, mas uma cidade menos cuidada. Mais estacionamento tarifado, mas pior mobilidade.

A fotografia que esta prestação de contas nos deixa é a de um Executivo que desistiu de Setúbal. Um Executivo resignado que abdicou de governar e aceitou para si o papel de Comissão Liquidatária do concelho, num lento e doloroso calvário que se arrastará até às próximas eleições autárquicas.

Face ao exposto, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2024”.

28. Deliberação n.º 233/2025 – Proposta n.º 60/2025 – DAF/DICONT/SERGEP - Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11, 3.º andar direito, Fração H, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo origina fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 234/2025 – Proposta n.º 61/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11, 3.º andar direito, Fração H, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 235/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DAF/DICONT/SERGE P - Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 1, Fração "O", na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 236/2025 – Proposta n.º 12/2025 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal da Carreira não revista de Bombeiro Sapador, nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 3, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 237/2025 – Proposta n.º 13/2025 – DRH/DIGAT – Designação de Chefe de Equipa Multidisciplinar

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 238/2025 – Proposta n.º 56/2025 – DOM/DAF/DICONT/SERGE P – Hasta Pública para alienação de viaturas para sucata/abate, viaturas usadas e sucata diversa

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 77 e 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Considerando o adiantado da hora, sugeriu que as deliberações n.º 239/2025 até à deliberação n.º 247/2025 fossem votadas em bloco, mencionando-se apenas a entidade e o valor referentes a cada proposta. Informou ainda que a sua bancada votaria favoravelmente todas as propostas incluídas nesse agrupamento.

Sr. Presidente – Dado ter existido concordância de todas as bancadas, as deliberações 239/2025 até à deliberação n.º 247/2025 seriam votadas em bloco.

34. Deliberação n.º 239/2025 – Proposta n.º 53/2025 – DCDJ – Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal – apoio financeiro

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 79 e 80 (ver ponto 33).

35. Deliberação n.º 240/2025 – Proposta n.º 54/2025 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2025

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 33).

36. Deliberação n.º 241/2025 – Proposta n.º 55/2025 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a Belcamp Tennis Club, para a dinamização dos Campos de Ténis da Urbanização “Águas de São Lourenço”

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 82 e 83 (ver ponto 33).

37. Deliberação n.º 242/2025 – Proposta n.º 56/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – época desportiva 2024-2025

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 33).

38. Deliberação n.º 243/2025 – Proposta n.º 57/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense - apoio financeiro

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 85 e 86 (ver ponto 33).

39. Deliberação n.º 244/2025 – Proposta n.º 58/2025 – DCDJ/DIDES – Belcamp Tennis Club - apoio financeiro

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 87 a 91 (ver ponto 33).

40. Deliberação n.º 245/2025 – Proposta n.º 59/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 33).

41. Deliberação n.º 246/2025 – Proposta n.º 60/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Banda da Sociedade Filarmónica da Perpétua Azeitonense

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 a 95 (ver ponto 33).

42. Deliberação n.º 247/2025 – Proposta n.º 61/2025 – DCDJ/DICUL - Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão - apoio ao 36.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e intercâmbios

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96 e 97 (ver ponto 33).

43. Deliberação n.º 248/2025 – Proposta n.º 62/2025 – DURB/DIPU – Pedido de transferência de localização da Farmácia Higiene – Processo nº 185/25

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 98 a 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Sugeriu que se aprovasse em bloco desde a deliberação n.º 249/2025 até à deliberação n.º 255/2025, caso ninguém se opusesse, uma vez que a posição do Partido Socialista seria idêntica em todas as deliberações.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a sua bancada concordava.

Sr. Presidente – Solicitou à Senhora Vereadora Rita Carvalho que informasse sobre a justificação da alteração ao PDM, considerando que o Plano Diretor Municipal acabara recentemente de ser aprovado na Assembleia Municipal.

44. Deliberação n.º 249/2025 – Proposta n.º 63/2025 – DURB/DIPU/GAP – Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) – Processo n.º 1009C/17

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Informou que a proposta já havia sido apresentada na reunião de Câmara de 26 de março, estando inicialmente agregada como uma alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM). Contudo, por sugestão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), propôs-se que fossem seguidos dois procedimentos autónomos, justificando assim a necessidade de nova submissão à reunião de Câmara.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 101 a 105 (ver ponto 43)

45. Deliberação n.º 250/2025 – Proposta n.º 64/2025 – DURB/DIPU – Reconhecimento do Interesse Público Municipal (Utilidade Pública) do Projeto de Ampliação da Estrutura Residencial para pessoas idosas da Liga dos Amigos da Terceira Idade – Processo n.º 357/25

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 106 a 110 (ver ponto 43).

46. Deliberação n.º 251/2025 – Proposta n.º 65/2025 – DURB/DIMOT – “Ratificação do ato – autorização para realização de prova desportiva “Lidl Setúbal Triathlon 2025”, ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março”

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 111 a 114 (ver ponto 43).

47. Deliberação n.º 252/2025 – Proposta n.º 66/2025 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 28m2 em empena – Processo n.º 29/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 115 e 116 (ver ponto 43).

48. Deliberação n.º 253/2025 – Proposta n.º 67/2025 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 35m2 em empena – Processo n.º 23/25

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 117 e 118 (ver ponto 43).

49. Deliberação n.º 254/2025 – Proposta n.º 68/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística – Processo n.º 77/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 119 e 120 (ver ponto 43).

50. Deliberação n.º 255/2025 – Proposta n.º 69/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística – Processo n.º 32/25

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 121 e 122 (ver ponto 43).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Joaquina – Referiu que a sua habitação encontrava-se em estado de degradação avançada, com infiltrações no interior e falta de eletricidade. Informou que recebeu uma notificação do tribunal com ordem de despejo. Questionou o Senhor Vereador Carlos Rabaçal sobre qual seria a sua situação, tendo em conta que é mãe solteira e tem três filhos menores. Salientou que possui uma pontuação de 5,90 e manifestou a sua preocupação sobre para onde iria morar, dado não ter outra casa disponível.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Senhor Vereador Carlos Rabaçal informou que apenas poderia prestar uma nota de informação sobre o ponto de situação do pedido de habitação da senhora, que apresenta uma classificação de 5,90, próxima do máximo possível, que é 6, para a obtenção de um T3. O pedido encontra-se na 13.ª posição da lista ordenada, estando assim numa fase relativamente avançada para a atribuição de habitação. Contudo, informou que, apesar desta posição, atualmente não existem habitações disponíveis para entrega.

Sra. Joaquina - Sugeriu que passassem para um T2, porque naquela altura estava num T0 com 3 filhos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou a senhora Joaquina que existiam mais pedidos para T2 do que para T3, significava que andaria para trás na ordem de classificação para obter a casa.

Sr. Presidente – Dada a dificuldade em adquirir uma habitação de imediato, sugeriu à senhora Joaquina que procurasse os serviços de apoio social da Câmara Municipal, para que, em articulação com outras entidades que prestam apoio social, pudessem encontrar uma solução para a sua situação. Lamentou que, na área da habitação, não houvesse casas disponíveis no momento.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte uma horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 02 de julho de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 63 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Casas Novas

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Sofia Casas Novas